



SYDNEY SANCHES: DEVER CUMPRIDO

Conquistas institucionais e fortalecimento democrático no IAB. Por Paulo Alonso, **página 2**



IRMÃOS JORDY BRIGAM POR APELIDO

Carlos briga com o irmão por uso de apelido de infância. Por Sidnei Domingues e Sérgio Braga, **página 4**



LIVRO SOBRE O RIO

Lançamento de Bruno Astuto e mais notas: protestos esvaziados do 8 de Janeiro e contra preço de casaco escolar. Por Bayard Boiteux, **página 3**

Bolsas nos EUA e dólar têm outro dia de quedas

No dia seguinte a fortes altas, após pesadas baixas nos dias anteriores, as Bolsas de Valores dos EUA voltaram a cair. Nesta quinta-feira, o índice Dow Jones Industrial Average perdeu 2,50%, para 39.593,66 pontos. O S&P 500 caiu 3,46%, para 5.268,05. O Nasdaq Composite, que mais subira na quarta, foi o que mais perdeu: 4,31%, para 16.387,31 pontos.

O dólar se desvalorizou no final do pregão. O índice que mede a relação com seis principais moedas perdeu 1,99%, para 100,866, às 19h GMT. No final do pregão de Nova York, o euro subiu para US\$ 1,1215, ante US\$ 1,0964 na sessão anterior, e a libra esterlina valorizou para US\$ 1,2982, ante US\$ 1,2803 na sessão anterior.

O Brasil foi na contramão. O real caiu 0,92% frente ao dólar, sendo cotado a R\$ 5,899. A Bolsa de Valores B3 seguiu os mercados externos e sofreu queda de 1,13%, para 126.354,75 pontos.

Os preços do petróleo caíram. O contrato futuro do West Texas Intermediate (WTI) para entrega em maio caiu 3,66%, fechando a US\$ 60,07 o barril na Bolsa Mercantil de Nova York. O contrato de petróleo Brent para entrega em junho perdeu 3,28%, fechando a US\$ 63,33 o barril na Bolsa de Futuros ICE de Londres.

Serviços retomam crescimento em fevereiro

O volume de serviços no país avançou 0,8% em fevereiro de 2025 na comparação com o mês anterior, quando recuou 0,6%. Frente a fevereiro de 2024, o setor se expandiu 4,2%, décima primeira taxa positiva consecutiva. A variação positiva no mês foi puxada, principalmente, pelos serviços de informação e comunicação, que cresceram 1,8%.

Com o resultado de fevereiro, o setor de serviços se encontra 1% abaixo do ponto mais alto de sua série, alcançado em outubro de 2024. Já quanto ao patamar pré-pandemia, o volume total de serviços está 16,2% acima de fevereiro de 2020. Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada hoje pelo IBGE.



Valter Campanato / ABr

Tatiana Prazeres: problema não é o que vendemos, mas o que deixamos de vender

Indústrias que exportam para China são 30% das que vendem aos EUA

Brasil tem espaço para crescer e diversificar

Por **Andrea Penna**,
especial para o
Monitor

O problema na relação comercial do Brasil com a China não está no que vendemos, mas no que poderíamos e não estamos vendendo. A afirmação é de Tatiana Prazeres, secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), em palestra sobre o vínculo dos dois países.

Tatiana traçou um histórico dessas relações, mostrou que, em 50 anos, a China ocupava a 50ª posição como país de destino e a 75ª como país de origem. E que hoje, a exportação brasileira cresceu 5 mil vezes (de US\$ 19 milhões para US\$ 94 bilhões), sendo que nos últimos 10 anos, 75% do que exportamos compõe uma cesta de soja, petróleo e minério de ferro.

Ela também disse que a importação saltou 28 mil vezes (de US\$ 2 milhões para US\$ 64 bilhões), sendo que hoje, 80% são de bens de capital e de insumos industriais, refletindo a imensa transformação da economia chinesa nas últimas décadas, além do crescimento da importação de veículos.

A palestra ocorreu no evento “Brasil e China no século 21:

oportunidades econômicas e desafios comerciais”, nesta quinta-feira, promovida pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CE-BC), que desde 2012 acompanha as relações bilaterais nas áreas econômica e política.

A secretária de Comércio Exterior do Mdic também ressaltou que, em 2024, o Brasil teve recorde de empresas exportadoras para a China, sendo que, das cerca de 3 mil empresas brasileiras, pouco mais de 600 são de micro e pequenas empresas e 2.330, de médio e grande porte.

Mas ela ponderou que são cerca de 28 mil empresas brasileiras exportadoras e que este número corresponde a apenas 1% das empresas brasileiras. “É um universo muito pequeno de empresas brasileiras que empreendem na exportação”, concluiu. Para comparação, ela frisou, “temos 10 mil empresas brasileiras que exportam para os Estados Unidos, sendo pouco mais de 3 mil de pequeno porte”.

“E no contraste”, complementou, “são cerca de 40 mil empresas brasileiras que importam da China, sendo que cerca de 21 mil são micro ou pequenas. Há um gap, portanto, muito grande e de diferentes ângulos, como por exemplo, quando pensamos no conjunto das exportações brasilei-

ras, no destino de vendas e também nos demais mercados”, analisou Tatiana.

Tatiana também mostrou o aumento das relações comerciais a partir dos estados brasileiros desde 1997, aumentando muito para 2012 e chegando a 2024. Em termos de valores, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará são os estados que mais exportam para a China. Sobre a importação, eram 16 estados e hoje, praticamente todo o país participa da relação de importação da China.

Sobre a dinâmica do comércio e da complementariedade, Tatiana demonstrou que há um crescimento expressivo das commodities brasileiras e dos manufaturados chineses e pediu atenção para a baixa diversificação da pauta exportadora, a baixa diversificação de itens de maior intensidade tecnológica (como aviões) e a concentração das exportações em poucas empresas. Mas, ao mesmo tempo, ressaltou, cresce a variedade de produtos (NCMs) exportados do Brasil para a China (de 673 em 1997 para 2.589 em 2024).

Leia a matéria completa em monitormercantil.com.br/industrias-que-exportam-para-china-sao-30-das-que-vendem-aos-eua

CGT: greve na Argentina foi ‘sucesso retumbante’

Ruas e meios de transporte vazios. Assim foi a quinta-feira de greve na Argentina. O co-secretário da central dos trabalhadores CGT, Héctor Daer, declarou que a terceira greve geral do setor trabalhista contra o governo de Javier Milei foi “um sucesso retumbante”.

Em entrevista coletiva, Daer enfatizou que “o movimento trabalhista está promovendo uma agenda clara e concreta para mudar as políticas de renda” implementadas pelo governo de extrema-direita e está exercendo pressão “sobre todos os setores da atividade econômica” no país. “Por isso, parabenizamos todos os trabalhadores que decidiram aderir ao chamado de greve da CGT”, concluiu o líder sindical.

A crise econômica impulsiona as paralisações. O poder de compra das famílias argentinas continua em declínio, levando a uma queda de 10,2% nas vendas de supermercados em todo o país em janeiro de 2025 em comparação com o mesmo mês de 2023, segundo a TeleSur.

Os dados foram revelados pelas autoridades da província de Buenos Aires, em um relatório com números nacionais e regionais.

O Indec (similar ao IBGE) divulgará a inflação oficial do país em março nesta sexta-feira. A expectativa é de alta em relação aos últimos meses.

Nesta quinta-feira, o Governo da Argentina informou que foi renovada a linha de swap com a China no valor de US\$ 5 bilhões.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,9464
Dólar Turismo	R\$ 6,0900
Euro	R\$ 6,6578
Iuan	R\$ 0,8045
Ouro (gr)	R\$ 604,25

ÍNDICES

IGP-M	-0,34% (março) 1,06% (fevereiro)
IPCA-E	RJ (dezembro) 0,36% SP (dezembro) 0,36%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

A importância do orçamento

Por Aldo Gonçalves

Tema recorrente nas mesas de debates, o endividamento das famílias volta a ocupar o noticiário diante do crescimento da inadimplência. O viés de alta da Selic, assim como a tendência de aumento da demanda por crédito, puxaram e continuarão forçando para cima as taxas de juros da economia, colocando o Brasil no podium dos países que

constituem relativamente um dos maiores preços do dinheiro.

Como efeito disso, quando a participação das dívidas no orçamento torna-se um tormento traz uma série de problemas que podem vir juntos ou isolados, afetando a qualidade de vida, tais como inadimplência, dificuldades sociais de pagamento das dívidas, absenteísmo no trabalho, queda da produtividade, problemas domésticos e de saúde, necessidade de renegociação

de dívidas, entre muitos outros.

Para atenuar o quadro, a educação financeira pode servir de remédio para os males bem como solução para reverter situações onde as pessoas endividadas não sabem como (re)agir e, muita vezes, mostram resistência a diminuir seus gastos, sem conseguirem enfrentar o desequilíbrio do orçamento.

Um dos primeiros passos é conhecer para onde vai o dinheiro, saber como

e quais são os gastos que podem estar prejudicando a saúde das finanças. Assim, a estruturação dos gastos constitui um grande passo para conhecer e descobrir o que vem acontecendo e para onde está indo o dinheiro. Como apoio, existem diversos apps que ajudam esse tipo de organização.

Com o arco de iniciativas abrangentes, a educação financeira é de suma importância no combate ao desequilíbrio das contas. Nesse processo, entre as orienta-

ções, estão fazer anotações diárias, ter conhecimento dos gastos, dar mais atenção aos desperdícios, conter impulsos e, naturalmente, estar consciente de que o preço a ser pago pelo desequilíbrio é muito alto devido às cobranças com o elevado nível dos juros.

Para se obter êxito frente aos transtornos, nada como organizar um plano de gastos, ter foco nos resultados, insistir na mudança do perfil do consumo, deixando o tempo passar conforme a

nova rotina e os hábitos adquiridos. Nessa sequência de sugestões, a estruturação dos gastos constitui-se passo primordial para o começo da organização financeira a fim de identificar os fatores de desequilíbrio em busca de mudanças a melhor qualidade de vida.

Aldo Gonçalves é presidente do Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDLRio) e do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro (SindilojasRio).

Sydney Sanches e a sensação do dever cumprido à frente do IAB

Por Paulo Alonso

Na próxima quarta-feira, dia 16, o jurista Sydney Limeira Sanches deixará a presidência do Instituto dos Advogados Brasileiros, depois de uma gestão de três anos, com enormes conquistas nacionais e internacionais para a entidade e a sensação do dever cumprido. Será substituído pela advogada Rita Cortez, presidenta da Academia Carioca de Direito e conselheira do Conselho Federal da OAB.

Nesse triênio, o IAB celebrou os seus 180 anos de fundação, tendo sido homenageado em uma sessão solene no Senado Federal. Foi lançada a obra *A Advocacia e o Instituto dos Advogados Brasileiros – 180 Anos*, de autoria do escritor Aurélio Wander Bastos.

O trabalho da administração Sydney Sanches foi incansável e exitoso. Logo no início do seu mandato, instalou a Comissão de Defesa da Democracia, das Eleições e da Liberdade de Imprensa, presidida pelo jurista Bernardo Cabral e pela vice-presidente Margarida Pressburger, em um dos momentos mais difíceis pelos quais passava o Brasil, com violento atentado ao Estado Democrático de Direito e aos poderes constituídos da República. Na ocasião, Bernardo Cabral, homenageado pelos 70 anos ininterruptos no exercício da advocacia, doou ao Museu do IAB a caneta de ouro com que assinou a promulgação da Consti-

tuíte, com Ulysses Guimarães — a chamada “Constituição Cidadã”, de 1988.

O IAB se fez presente no ato organizado pela Universidade de São Paulo, quando foi feita a leitura da “Carta da Democracia”, no Largo São Francisco, em São Paulo. Além disso, a entidade foi observadora e validadora do processo eleitoral e das urnas eletrônicas, tendo estado no Supremo Tribunal Federal, na abertura do Ano Judiciário em 2023, logo após a tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro.

Disposição, disciplina e devotamento não faltaram ao atual presidente, que integrou Esperança Garcia e Luís Gama como membros póstumos do IAB; promoveu a restauração da estátua de Teixeira de Freitas em frente à sede.

As atividades desenvolvidas, nesses três anos, foram intensas. Afinal, o que sempre esteve em jogo foi a manutenção e a importância do Instituto, daí a diretoria ter ampliado as atividades da Escola Superior do IAB, com a oferta de novos cursos — todos, aliás, lucrativos. Convém enfatizar que as reservas financeiras foram dobradas e obteve-se o maior superavit da história do IAB, conferindo, assim, conforto financeiro inédito para a próxima gestão.

Várias outras conquistas merecem ser enfatizadas, como o crescimento do quadro social, com a entrada de 136 novos associados, entre efetivos e honorários; lançamentos de publicações

primorosas e a criação das Edições Montezuma.

O IAB foi convidado e participou da edição do G20, no Rio de Janeiro; esteve na Conferência Nacional CFOAB, em Belo Horizonte; e em vários eventos internacionais, tendo sido voz ativa e protagonista junto à UIA, em Paris, e na Corte Internacional de Justiça, em Haia.

A classe artística participou de seminários na sede do IAB, e a última aparição pública do poeta Antonio Cícero, da Academia Brasileira de Letras, foi em seu plenário, quando declamou poemas, sendo ovacionado pela plateia, emocionada com sua rica performance.

Se as ações e celebrações jurídicas e artísticas foram muitas, as relações com instituições das várias áreas do conhecimento e com universidades aconteceram na mesma proporção. Os associados com mais de 30 anos de casa foram agraciados com a Medalha Levi Carneiro.

A preocupação dessa administração, que em poucos dias passará o bastão à nova presidenta, ocorreu também no que diz respeito à reforma e recuperação do patrimônio do Instituto, quando móveis, espaços físicos e a biblioteca receberam atenção especial.

O ano de 2024 do IAB foi novamente marcado por intensa atividade institucional, que permitiu ao tradicional Instituto manter expressiva projeção nacional, reconhecida pela sociedade acadêmica. A dinâmica dos

trabalhos se refletiu em diversas iniciativas, como a criação do Centro de Memória do IAB, a ampliação das Representações Estaduais, a assinatura de Termos de Cooperação Técnica e a representação no Conselho Federal da OAB.

Além disso, houve a celebração de convênios com instituições jurídicas e entidades da advocacia, intensa atividade nos meios de comunicação, realização de eventos, reuniões de comissões e biblioteca, bem como dezenas de lives e webinars, com ampla repercussão na imprensa.

As plataformas digitais, implementadas em gestões anteriores, consolidaram-se como ferramenta essencial para a realização de sessões híbridas, reuniões das comissões e encontros da diretoria, permitindo a participação remota dos associados em tempo real. O ano passado foi igualmente marcado por importantes obras estruturais no Instituto, incluindo a substituição completa da parte elétrica do plenário, da área administrativa e da Biblioteca Arão Reis, além da reforma desse espaço, pintura em diversas áreas do edifício e adequação do plenário às normas do Corpo de Bombeiros, garantindo mais segurança e modernização às instalações.

No portal do IAB, todas as informações institucionais foram disponibilizadas ao quadro social e ao público externo. Os murais das comissões e dos associados foram dinamizados, assim

como os destaques para doações, lançamentos de livros, vídeos, áudios, notícias, notas institucionais e moções sobre temas de grande repercussão nacional.

Ainda no ano que passou, foram publicadas 768 notícias sobre o IAB na mídia. O site do IAB recebeu 134,8 mil visitas, tendo 32,7 mil páginas visualizadas. No Facebook, foram 65,6 mil curtidas; o Instagram possui, neste momento, cerca de 20 mil seguidores; e o LinkedIn, 1,8 mil. Isso tudo mostra o vigor e a força de uma administração atenta, responsável e segura.

Vice-presidente do Comitê Jurídico da Confederação Internacional das Sociedades de Autores e Compositores; presidente da Comissão Nacional de Direitos Autorais do Conselho Federal da OAB, Sydney Sanches é mestre em Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas/RJ; formado em Direito pela PUC/RJ; pós-graduado em Direito da Economia e da Empresa pela mesma FGV; dedica-se há décadas à especialidade do Direito que cuida da propriedade intelectual, em especial, dos direitos do autor.

O Instituto dos Advogados Brasileiros foi fundado em 1843, como consequência dos cursos jurídicos no Brasil e do exercício da advocacia e, como a mais antiga casa de estudo do Direito das Américas, sua história se confunde com a própria história da nação. Presidido por Francisco Gê

Acaiaba de Montezuma, o IAB nasceu com o principal objetivo de criar a Ordem dos Advogados e tem sido, desde então, o guardião do Direito, das instituições democráticas e das liberdades públicas.

Até a criação da Ordem dos Advogados, a “Casa de Montezuma” congregava todos os bacharéis formados em Direito residentes na Corte e nas províncias, competindo-lhes a elaboração do ordenamento jurídico e a organização legislativa e judiciária no Brasil Império.

Em 1888, assumindo as funções que competiriam à OAB, passou a adotar a denominação Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, situação que se manteve até a década de 30, quando foi criada a OAB. Coube ao advogado Levy Carneiro, presidente do IAB, o exercício da primeira presidência da Ordem dos Advogados.

Atualmente, o IAB corresponde à Academia da Advocacia, sendo espaço dedicado à cultura e ao debate dos grandes temas nacionais, bem como à defesa da ordem jurídica e do Estado Democrático de Direito.

Parabéns ao jurista Sydney Sanches, que se despede da presidência do IAB, pela profícua gestão e por todas as conquistas obtidas. Votos de sucesso à nova presidenta, Rita Cortez, que volta a comandar o IAB.

Paulo Alonso, jornalista, é reitor da Universidade Santa Úrsula.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marçílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas



NOVOS TEMPOS



Bayard Do Coutto Boiteux
professorbayardturismo@gmail.com

Livro sobre o Rio

O jornalista Bruno Astuto acaba de lançar mais um livro. *Rio de Janeiro* integra a coleção Classics da editora francesa Assouline. No Rio, foi lançado no Fasano por R\$ 770. Muitos saíram do evento sem o livro. Para a atual conjuntura econômica, o preço é exorbitante.

Casaco dos alunos do PH

Falando em preços fora da realidade, os pais dos alunos estão revoltados com o novo casaco do uniforme, que custa R\$ 250. Alegam que, pela quantidade e qualidade, não poderia custar mais do que R\$ 150.

Barrados em Portugal

O número de brasileiros barrados na chegada a Portugal tem aumentado. No ano passado, subiu 700%, passando de 179 em 2023 para 1.470 em 2024.

Manifestações a favor da anistia no exterior

Foi, no mínimo, hilário o número de pessoas que compareceram no exterior às manifestações convocadas para anistiar os que se rebelaram contra a democracia em 8 de janeiro. Os grupos eram tão pequenos que foram confundidos com turistas.

Boa campanha

A Embratur acaba de lançar a campanha Novas Rotas, para fortalecer e integrar destinos turísticos. No Estado do RJ, vai-se aproveitar do portão de entrada, a cidade do Rio, para dinamizar as regiões Sul, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde. Deu muito certo nas administrações de Roberto Gherardi e Elysis Pires na TurisRio.

Deixem o Airbnb em paz

O Airbnb, que vem se destacando no mercado de hospedagem como uma nova modalidade, precisa ser respeitado. A modalidade pode sofrer alguma regulamentação, dentro de parâmetros discutidos, mas ressaltamos que tem contribuído para a receita turística do Rio e buscado constante aprimoramento. Tem lugar para todo mundo: hotéis e Airbnbs.

Entrevistas fake

Desde a última semana, várias pessoas com perfil em redes de emprego estão recebendo e-mails de entrevistas agendadas. É mais uma forma de ganhar dinheiro fácil. Simplesmente, delete.

Casamento na medida certa

O recente casamento de Edgar Moura Brasil e Christian Vieira reuniu um grupo de amigos de toda a vida. No apartamento, que teve a sala toda redecorada, o buffet-jantar, sob a supervisão de Roberta Pederneiras, foi inovador e delicioso. Dos poucos convidados presentes, estavam os embaixadores de Turismo do RJ Narcisa Tamborindeguy e Chico Vartulli.

Frase da semana

“Não misture os ecos da liberdade com os gritos na escridão que suplicam por pensamentos plurais. Faça de cada vontade de voar um compromisso com as formas diversas de ver o mundo e de sentir os tremores da natureza e das bocas fechadas. Saiba lutar.” – Bayard Do Coutto Boiteux

STF pode rediscutir compensação da desoneração da folha

Haddad: medidas aprovadas pelo Congresso foram insuficientes

Para discutir as medidas visando compensar a desoneração da folha de pagamento, o Supremo Tribunal Federal (STF) deve fazer uma audiência de conciliação, informou nesta quinta-feira o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Ele ressaltou que as ações aprovadas pelo Congresso Nacional no ano passado foram insuficientes para cobrir a perda de arrecadação provocada pela prorrogação do benefício para 17 setores da economia e para pequenos municípios até o fim de 2027.

“Respondemos ao ministro (Cristiano) Zanin (relator no STF), o Senado respondeu. Talvez venhamos a ter agora uma audiência de conciliação ali para ver como proceder nesse caso. Porque é uma decisão, ainda que liminar, confirmada pelo pleno do Supremo”, disse Haddad. O ministro reiterou que o Supremo condicionou a extensão do benefício à compensação total da medida.

Segundo a Agência Brasil, no fim de fevereiro, a Advocacia-Geral da União (AGU) informou haver uma insuficiência de R\$ 20,23 bilhões em recursos apenas neste ano para ga-

rantir a desoneração da folha de pagamento. O órgão encaminhou um parecer ao Supremo a pedido da Procuradoria-Geral da República.

Na semana passada, o Senado enviou manifestação ao Supremo. Segundo a Casa, a Constituição obriga que leis que criem despesas tenham estimativas de impacto no Orçamento. No entanto, não há a obrigatoriedade de prever medidas de compensação. O governo pretende propor três caminhos: a revisão do benefício; um aperto maior nas regras para a reoneração gradual até 2027; e novas medidas do Congresso para aumentar a arrecadação e compensar as perdas.

Devedor contumaz

Em relação ao projeto de lei complementar do devedor contumaz, Haddad disse que houve ampla discussão entre o governo, os parlamentares e o setor produtivo do relatório do senador Efraim Filho (União Brasil-PB), que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Na quarta-feira (9), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa aprovou outro projeto, relatado pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB).

“É o relatório dele [Efraim] que tramitou pelos órgãos internos aqui da Fazenda e em amplo acordo com o setor produtivo, que quer se proteger muitas vezes do crime organizado, que é o alvo do devedor quanto mais. Nós temos que entender que hoje, pela facilidade digital, que é uma conquista tecnológica, abriu uma grande fresta para o crime organizado usar os sistemas digitais para fraude”, explicou o ministro.

O projeto busca estabelecer critérios objetivos para identificar e punir os devedores contumazes, empresas que deixam de pagar tributos repetidamente e sem justificativa.

Programa de Alimentação do Trabalhador

Haddad também disse que, nos próximos 30 dias, o governo deve avançar na regulamentação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), alterado pelo Congresso em 2022. Em janeiro, Haddad disse que o governo pretende aprovar uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) para permitir a portabilidade dos vales-refeição e alimentação, barateando a taxa desses cartões.

“Possivelmente nos pró-

ximos 30 dias nós devemos ter novidades a respeito da regulamentação. O programa está evidentemente mantido. É um programa meritório, mas a questão da intermediação tem que passar por uma regulação na forma da lei, já aprovada inclusive, e é isso que nós estamos discutindo com a Casa Civil, com o Ministério do Trabalho e com o Banco Central”, disse Haddad.

O ministro informou ter discutido o assunto com os ministros da Casa Civil, Rui Costa; do Trabalho, Luiz Marinho; e o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo. De acordo com Haddad, a regulamentação depende apenas de análise interna para ver se as medidas propostas cumprem a Justiça.

Sancionada no governo anterior, a Lei 14.422 mudou o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e cria a portabilidade, por meio da qual o trabalhador poderá escolher a empresa gestora dos tickets, atualmente definida pelos recursos humanos de cada empresa. O governo espera que o aumento da concorrência gerado pela portabilidade resulte em preços mais baixos nos restaurantes e supermercados.

Indústria da China é igual às dos EUA, Japão, Alemanha e Índia somadas

A participação da China em valor adicionado na indústria manufatureira global, em 2023, era superior à soma das 4 potências industriais seguintes – EUA, Japão, Alemanha e Índia, que juntos responderam por 29,5% do setor no mundo. É uma situação bem diferente daquela de 2005, quando a China (13,2%) aparecia em segundo lugar no ranking e possuía uma participação 40% menor do que a dos EUA (22,6%), então potência líder.

A observação foi feita pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) a partir da última edição do International Yearbook of Industrial Statistics, divulgada recentemente pela Unido. Em 2023, o valor adicionado da indústria total mundial representou 21,3% do PIB global, totalizando US\$ 19,7

trilhões a preços constantes de 2015.

No que diz respeito apenas à indústria manufatureira, os seus segmentos produziram um valor adicionado de US\$ 15,5 trilhões no agregado mundial, respondendo por 78,6% do total da indústria total, ao passo que os setores de mineração e utilidades públicas completaram os 21,4% restantes.

O relatório da Unido destaca que as economias industriais exibiram tendência moderada de recuperação após a crise enfrentada pelas cadeias produtivas em razão da pandemia, explica o Iedi.

“A despeito do avanço de 2,4% da indústria global em 2023, em termos do seu valor adicionado, seu ritmo de crescimento seguiu inferior àquele apresentado pelo PIB global, que foi de 2,7%. As economias de renda média destacaram-se

como um dos grupos mais dinâmicos em 2023 no que tange ao crescimento do valor adicionado da indústria, registrando taxas anuais de crescimento acima de 4%.”

“Por sua vez, as economias de baixa renda apresentaram um avanço de 3,2%. Ressalte-se que, neste grupo, o setor industrial expandiu-se a um ritmo superior ao do PIB, configurando-se como o único grupo de países a demonstrar tal desempenho”, destaca o Instituto.

As economias industriais de alta renda evidenciaram um crescimento mais moderado, ainda que positivo, e as economias de alta renda em industrialização constituíram-se no único grupo de países a enfrentar retração na produção industrial em 2023.

Indústria da China x EUA (fonte Unido, elaboração Iedi); Posição do Bra-

sil melhora porque Irlanda caiu.

Entre 2022 e 2023, o Brasil subiu da 16ª para a 15ª posição do ranking mundial da indústria manufatureira, construído a partir do valor adicionado do setor em dólares a preços constantes de 2015. Porém, o que explica “esta melhora para o Brasil é a queda de 3 posições da Irlanda, o que também ajudou Turquia e Rússia a subirem no ranking. Em 2023, rupturas nas cadeias produtivas globais, ajuste na produção farmacêutica após a pandemia e enfraquecimento da demanda interna e externa europeia levaram a uma retração da indústria irlandesa”, explica o Iedi.

A participação do Brasil no valor adicionado manufatureiro mundial teve leve queda, de 1,22% para 1,21% entre 2022 e 2023, decorrente de um desempenho inferior ao do setor no mundo.

DECISÕES ECONÔMICAS



Sidnei Domingues Sérgio Braga

sergiocpb@gmail.com



Deputado Renan Jordy

Irmãos Jordy brigam por apelido

O deputado federal Carlos Jordy (PL-RJ) entrou com ação na Justiça para que o irmão, o deputado estadual Renan Jordy (PL), deixe de usar o sobrenome político. “Jordy” era apelido de infância de Carlos e foi “emprestado” ao irmão nas eleições para deputado estadual. Agora, vendo o irmão aparecer mais na mídia do que ele, enciumado, Carlos Jordy quer exclusividade no apelido. E busca, na Justiça, forçar o irmão a assinar como Renan Leal. Que coisa, hein?

Socorro a Rio das Flores

O deputado Renan Jordy (PL) está cobrando do governador Cláudio Castro um plano de recuperação financeira para o município de Rio das Flores, no Sul do estado. Segundo ele, em fevereiro, o prefeito Rodrigo Cibalena decretou estado de calamidade financeira na cidade. Desde então, nenhuma providência foi tomada pelo Governo do Estado.



Deputado Rodrigo Bacellar

Favorito no parlamento

O presidente da Alerj, deputado Rodrigo Bacellar, com certeza será candidato ao Governo do Estado em 2026. Quem afirma é o deputado Dionísio Lins (PP), conhecido como Imperador de Madureira e forte liderança no subúrbio carioca. Dionísio Lins, que será candidato à reeleição, não sabe ainda quem seu partido vai apoiar para a disputa majoritária.

Urgência na tramitação

Presidente da Comissão de Educação da Alerj, o deputado Alan Lopes (PL) quer acelerar, na Casa, a análise de projetos de lei voltados às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias. Ele quer que as propostas sejam votadas o mais rápido possível em plenário.

Mais mulheres no parlamento

O Senado discute opções para aumentar a participação das mulheres no parlamento em todo o país. Estudo da University College London aponta que o Brasil ficou na lanterna no ranking latino-americano em termos de presença de mulheres em mandatos legislativos. A Comissão de Constituição e Justiça do Senado discute o sistema eleitoral brasileiro para embasar projeto de lei que aumente a participação das mulheres nas casas legislativas.

Venda de cimento no Brasil tem melhor desempenho no 1º tri

A indústria brasileira de cimento registrou no primeiro trimestre a venda de 15,6 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 5,9% em comparação ao mesmo período do ano passado, de acordo com o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC). Em março, a alta foi de 5,2% frente ao mesmo mês de 2024, com 5,3 milhões de toneladas comercializadas do produto.

Na comparação por dia útil as vendas do produto registraram em março 244,9 mil toneladas, um crescimento de 5,6% em comparação a fevereiro e de 10,1% em relação a igual período de 2024. Assim, o resultado trimestral apresentou uma alta de 6% ante os três primeiros meses do ano passado.

O resultado é atribuído ao contínuo aquecimento do mercado de trabalho e renda da população, com recorde da série histórica da massa salarial e carteiras assinadas em fevereiro de 2025, além da taxa de desemprego, que foi a menor para um trimestre desde 2014, quando marcou 6,8%.

Ademais, o mercado imobiliário, outro importante indutor no consumo de cimento, registrou expansão nos lançamentos puxado pelo programa Minha Casa Minha Vida, que já representa 50% do volume de imóveis. Os segmentos de médio e alto padrão também apresentaram evolução, com resultados positivos no quarto trimestre divulgado por grande parte das incorporadoras. As vendas de materiais de construção seguiram em expansão em fevereiro, com projeção de 2,8% de crescimento neste ano.

O cenário positivo refletiu na confiança da construção, que após dois meses de queda voltou a subir em fevereiro. Entretanto, esse movimento não foi disseminado em todos os segmentos de maneira equilibrada (Infraestrutura, Edificações e Serviços Especializados), e não recuperou a queda dos dois primeiros meses do ano. Esse pessimismo do primeiro trimestre reflete a escassez de mão de obra especificamente na construção civil e um crédito imobiliário mais caro.

A alta da taxa de juros continua a impactar cres-

centemente os financiamentos. No acumulado até fevereiro de 2025, o número de unidades financiadas para construção caiu, significativamente 49,3%, comparado com o mesmo período do ano passado.

A redução da disponibilidade de crédito via SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) e do FGTS levantam preocupações sobre o funding imobiliário a longo prazo. A recente ação do STJ sobre a possibilidade de penhorar um imóvel que esteja alienado fiduciariamente para pagamento de dívida condominial, trazem ainda mais insegurança, uma vez que a alienação fiduciária é uma forma de garantir crédito. Esse movimento deve encarecer o financiamento. O crédito imobiliário participa com cerca de 9% do Produto Interno Bruto, ainda aquém dos patamares de países desenvolvidos e mesmo das nações pares do Brasil.

A confiança do consumidor apesar de ter registrado a primeira alta do ano, ainda permanece na região pessimista, em função dos patamares elevados da inflação e dos juros, que impactam

o orçamento das famílias. Nos últimos anos, os gastos destinados à reforma e construção foram substituídos por despesas com internet, eletrodomésticos, TV a cabo e, mais recentemente, apostas, o que reflete negativamente no setor.

Adicionalmente, o endividamento da população segue bastante elevado, 48,3%, próximo do recorde de 49,9% em julho de 2022 e a inadimplência já atinge mais de 75 milhões de brasileiros, comprometendo a atividade da construção.

A demanda pelo novo consignado privado lançado recentemente, apesar de ter surpreendido o setor bancário, pode demorar a decolar por estar concentrada em instituições menores.

Na agenda de infraestrutura, apesar do impacto positivo do programa Minha Casa Minha Vida, o PAC ainda não gerou os resultados esperados. Os investimentos no saneamento, que devem somar R\$ 75 bilhões apenas em 2025, só deverão ser sentidos na indústria do cimento em dois ou três anos, quando as obras atingirem a fase de construção de estações de tratamento de água e esgoto.

Cerca de 1,4 milhão de MPEs foram abertas no 1º trimestre

Os três primeiros meses do ano foram de alta na abertura de pequenos negócios no Brasil – o número de novos CNPJs passou de 567.835, em janeiro, para um total acumulado de 1.407.010 até março, com destaque para os microempreendedores individuais (MEI), que responderam por 78% desse total.

Até março de 2025, o volume de MEIs registrados no país cresceu 35% em comparação com o mesmo período de 2024; já as micro e pequenas empresas tiveram um au-

mento de 28%. As informações foram levantadas pelo Sebrae com base em dados da Receita Federal.

No recorte por regiões, Sudeste, Sul e Nordeste lideraram a abertura acumulada de pequenos negócios, com São Paulo (28,6%), Minas Gerais (10,9%) e Rio de Janeiro (7,8%) nas primeiras posições entre os estados. Contudo, na comparação com o primeiro trimestre de 2024, Ceará, Piauí e Amazonas tiveram o maior avanço no cadastro de empreendimentos de pequeno porte, com 56,8%, 55,3% e

51,3% respectivamente.

Em março de 2025, o setor de Serviços obteve o melhor desempenho, com 257.156 pequenos negócios abertos (63,7% do total), seguido por Comércio, com 83.921 (20,8%), e Indústria da Transformação, com 30.859 (7,6%).

Para presidente do Sebrae Nacional, Décio Lima, os números comprovam que os pequenos negócios continuam sendo a principal força que impulsiona a economia brasileira. “Os números mostram que os empreendedores se sentem

mais confiantes com os rumos da nossa economia. Eles estão mais motivados a entrar no mundo do empreendedorismo com investimentos e fazendo a economia girar. Para o país, isso representa mais geração de empregos, maior arrecadação e mais dinheiro em movimentação e mais inclusão. A instituição atingiu, em 2024, a marca de mais de 60 milhões de atendimentos por todo país. O Sebrae está pronto para apoiar esses novos negócios”, afirma o presidente do Sebrae, Décio Lima.

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444



Guerra comercial: Estados Unidos, China e investimentos

Por Jorge Priori

Conversamos sobre a guerra comercial em curso com William Castro Alves, estrategista-chefe da Avenue.

Qual a sua avaliação sobre a atual guerra comercial em curso?

Obviamente, a minha avaliação não é positiva. O liberalismo econômico e o livre fluxo de comércio entre os países fizeram com que o mundo crescesse, e as pessoas, por incrível que pareça, ficassem mais ricas. Isso porque a renda média aumentou.

A ideia básica do fluxo comercial é que ele não é um jogo de soma zero, ou seja, um jogo em que para um ganhar, o outro tem que perder. O problema é que o Trump, muitas vezes, deixa a entender que ele tem essa visão da soma zero, ou seja, que estão se aproveitando dos Estados Unidos, quando, na verdade, os fluxos comerciais melhoraram a vida dos dois lados. Do ponto de vista liberal, as transações comerciais são positivas, e a criação de barreiras a essas transações tendem a ser negativas para os diferentes países. Se analisarmos os índices de liberdade econômica, nós vamos ver que os países fechados são, tradicionalmente, os mais pobres.

No mundo ideal, o liberalismo funciona e talvez seja a melhor alternativa. O problema é que o mundo não é o ideal. Como o Rocky Balboa disse para o seu filho, “the world is a nasty place”. Por exemplo, a China controla a sua moeda, o Brasil coloca um monte de barreiras para dificultar as importações, e a Europa protege os seus agricultores, o que o Brasil conhece muito bem. É contra isso que o Trump levantou essa bandeira, colocando o elefante na sala.

Esta guerra comercial está trazendo à tona um problema que existe, mas que, muitas vezes, fica debaixo dos panos. Um problema que os órgãos multilaterais ficam discutindo sem chegar a lugar nenhum, já que ninguém quer tirar as suas barreiras. O Trump chegou com o pé na porta e disse que ia começar a colocar barreiras, jogando as tarifas lá para cima. O que se pode discutir são os meios, mas o objetivo é discutir as barreiras comerciais, que, muitas vezes, não são só tarifárias.

A estratégia de Trump está correta? Ele não poderia estar fazendo de outra forma?

Essa é uma excelente pergunta. Na economia, as decisões não são maniqueístas,

ou seja, elas não são boas ou ruins. Se você fizer isso é bom, mas se você fizer aquilo, é ruim. Não é assim. Às vezes, existem decisões ruins e outras horríveis. Você tem que tomar uma decisão mesmo que não haja uma boa alternativa.

A negociação bilateral sempre foi a estratégia de Trump. Ele fez isso no primeiro mandato. Trump sempre criticou os organismos multilaterais que, de certa forma, são dominados hoje por grandes burocracias políticas. Você fica em Bruxelas discutindo, discutindo, mas não chega a lugar algum. Trump vai direto no cara, pois ele entende que não adianta ficar discutindo com um monte de burocratas. Se ele tiver que fechar um acordo com o Putin, ele vai conversar com o Putin. Se ele tiver que fechar um acordo com o Xi Jinping, ele vai conversar com o Xi Jinping, pois não adianta ficar mandando recado através de rodas de comércio.

Dessa forma, a estratégia que está sendo levada a cabo não é, necessariamente, tão ruim, mas, obviamente, ela mexe bastante no tabuleiro de parceiros comerciais. Os acordos bilaterais dão uma chacoalhada no status quo e podem ser positivos para os Estados Unidos e os outros países.

Qual a sua avaliação sobre a equipe econômica de Trump?

Como todo governo, existem pessoas muito boas e pessoas não tão boas assim. O secretário do Tesouro, Scott Bessent, é uma pessoa muito capaz, mas que, talvez, não seja sempre ouvido, da mesma forma que o Haddad no Brasil.

Bessent tem o Plano 3-3-3 (3% de déficit, 3% de crescimento e aumento da produção de petróleo para 3 milhões de barris por dia) cujo maior objetivo é endereçar um grande problema financeiro dos Estados Unidos, o elevado déficit fiscal do país. Para isso, ele sempre deixou claro que a política não seria tanto de tarifas, mas de negociação e flexibilização.

Esse foi o grande ponto da queda dos mercados nos últimos dias, pois quando as tarifas foram anunciadas, já foi anunciado que elas seriam implementadas, sendo que até ontem (9), não havia um sinal de flexibilização. “Se a China retaliar, nós vamos retaliar de volta”. “Vários países querem negociar, mas as tarifas serão implementadas e ponto”.

Na primeira indicação de flexibilização, ou seja, 90 dias de pausa para quem não retali-



William Castro Alves

liou, e para quem retaliou, como a China, implementação, já houve um fresco para o mercado.

Querendo ou não, as tarifas podem ajudar na implementação do Plano 3-3-3. Isso porque existe uma inelasticidade das tarifas para os preços, pois nem sempre elas são repassadas, já que vários estudos mostram que parte das tarifas são absorvidas pelos vendedores através da redução das suas margens. O próprio Xi Jinping já vem falando na desvalorização do yuan para absorvê-las.

A questão é que se você implementar as tarifas, você tem um aumento de arrecadação, o que ajuda na questão do déficit do país. As ações não estão sendo conduzidas de qualquer jeito, mas existe um plano. O governo americano não está conduzindo esse assunto na base do “vamos botar essa tarifa e ver no que dá”. Não, não é bem assim.

Você pode discordar do plano e dizer que ele vai dar errado, e talvez ele tenha uma grande chance de não dar certo, mas a probabilidade desse plano dar certo não é zero, como se está dizendo, muitas vezes, na mídia. Existe uma chance desse plano dar certo.

Qual a sua avaliação sobre a resposta da China?

Os Estados Unidos são um importante comprador da China. Se o país parar de comprar ou reduzir muito as suas compras, eu não vejo para onde a China pode escoar a sua produção. A economia chinesa já vinha desacelerando, e o investimento direto no país colapsou nos últimos anos com as políticas de Xi Jinping de controlar certos mercados, tanto que a Bolsa chinesa sofreu bastante.

Para que a China possa escoar a sua capacidade de produção, ela vai ter que vender para os próprios chineses, tanto que o próprio Xi Jinping já falou na adoção de medidas para fomentar o consumo interno. Essa seria uma alternativa.

A China está tendo uma postura dura e peitando os Estados Unidos, mas ela vai

ter que achar alternativas. Não dá para achar que a China não vai ser atingida por essa guerra tarifária. Como a retaliação vai gerar um custo para o país, será preciso ver o que o país vai fazer para absorvê-lo.

Como você tem visto o comportamento do mercado de renda variável dos Estados Unidos nos últimos dias?

Pânico. O mercado está como se fosse uma briga de torcidas. Se você entrar no meio da pancadaria, você vai dar socos e chutes, mas vai tomar também. É por isso que é muito perigoso entrar nesse momento. A pessoa pensa “ahhh, mas caiu demais, vou comprar”, mas aí sai a notícia de que a China retaliou, o mercado cai ainda mais e a pessoa “stopa” porque ficou desesperada. Então sai a notícia de que os Estados Unidos vão dar um prazo de 90 dias, o mercado respira, mas a pessoa perde toda a volta. Nessas condições, é muito perigoso ficar operando.

Nós batemos muito na tecla de que é muito importante que as pessoas permaneçam no mercado (stay in the market), exatamente porque as maiores altas da bolsa acontecem, justamente, em momentos de muita volatilidade. Não é normal o S&P subir 10%, mas se você perde o 10% de alta, isso será muito pior para os investimentos de longo prazo.

O mercado está operando em um patamar de incerteza máxima e começou a precipitar, nos últimos dias, um aumento considerável da probabilidade de uma recessão nos Estados Unidos e no mundo, mas que não, necessariamente, vai acontecer, mas que o mercado sempre antecipa.

Em 2022, o mercado passou o ano inteiro dizendo que a economia americana não se sustentaria com uma taxa de juros em 5% e que haveria uma recessão. O tempo passou e não houve nem hard landing e nem soft landing, pois a economia continuou voando. Agora, é um pouco do mesmo.

STIELETRONICAS S.A.

CNPJ/ME nº 33.096.926/0001-81

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. Nos termos do Estatuto Social ficam convocados os acionistas da Stieletronica S.A (“Companhia”) – CNPJ 33.096.926/0001-81, para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”)**, a ser realizada em sua sede na Rua Lineu de Paula Machado, nº 1005 – Apt. 503, Lagoa, nesta cidade, no dia 17.04.2025, às 10h, em primeira convocação, havendo quórum, ou às 10h30min, em segunda convocação, com qualquer número de pessoas presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Análise e Aprovação da renegociação dos pagamentos dos valores ainda devidos pelo comprador dos Imóveis situados na Av. Itaoca nº 1.956 – Inhaúma, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 21.061-770 e na Av. Itaoca nº 2.068 – Inhaúma, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 21.061-770, conforme proposta circulada aos acionistas; 2. Discussão de outros assuntos de interesse geral. Rio de Janeiro, 08 de abril de 2025. **HEIKE DE ALCANTARA** - Diretora.

Cond. Ed. Garagem Automática Ideal

CNPJ 00.000.000/0000-00

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AGO

Em 7 de abril de 2025, conforme instruções do(a) Sr.(a) Síndico(a), convocamos os senhores coproprietários do Cond. Ed. Garagem Automática Ideal, situado na RUA Teófilo Otoni 89 - Centro a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária. **Data: 17/04/2025.** Local: Av. Presidente Vargas nº 290 - 2º andar - Auditório Lowndes. Horário: 1ª CONVOCAÇÃO: Às 15:00 horas, com a presença dos coproprietários representando o quorum legal. 2ª CONVOCAÇÃO: Às 15:30 horas, com a presença de qualquer número de coproprietários, caso não haja exigência de quorum legal ou convencional específico. **Ordem do dia:** a) Prestação de Contas; b) Eleição de Síndico, Subsíndico e Membros do Conselho Consultivo; c) Previsão orçamentária, com a possibilidade de rateio de déficit orçamentário; d) Aprovação de contratação de empréstimo, visando quitar o déficit orçamentário; e) Deliberação acerca da suspensão do envio de balancetes físicos; f) Assuntos gerais. Tendo em vista a relevância dos assuntos a serem tratados, lembramos a conveniência do comparecimento de todos ou em se fazer representar na referida Assembleia, através de procuração assinada pelo outorgante, com a firma reconhecida em cartório, de acordo com o Artigo 654 do Código Civil, salvo disposição em contrário na Convenção, uma vez que as decisões nela tomadas obrigarão ao cumprimento por parte de todos, inclusive dos ausentes. **LOWNDES - Condomínios e Locações**

THREE O FIVE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 11.515.233/0001-43 - NIRE nº 33.3.0031786-4

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09/04/2025 Realizada na forma, data, local e condições a seguir indicadas: **Data, Horário e Local:** As 10:00 horas do dia 09/04/2025, na sede social da Three O Five Participações S.A. (“Companhia”), localizada na Av. Afrânio de Melo Franco, n.º 290, sala 101-A, Leblon, CEP: 22430-060, Rio de Janeiro, RJ. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”). **Mesa Diretora:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Sergio Alberto Monteiro de Carvalho e secretariados pela Sra. Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho. **Ordem do Dia:** Reuniram-se os acionistas da Companhia, representando a totalidade das ações com direito de voto, para examinar, discutir e votar sobre (i) a redução do capital social da Companhia, considerado excessivo em relação ao objeto, no valor de até R\$ 10.900.000,00 (dez milhões e novecentos mil reais) (“Valor Máximo da Redução”), sem cancelamento de ações e com restituição de valor aos acionistas, na proporção de suas participações no capital social, mediante: (i) a restituição de numerários em moeda corrente nacional (Reais); e (ii) a transferência e entrega de até 68.071 (sessenta e oito mil e setenta e uma) ações de emissão da **Monteiro Aranha S.A.**, companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.102.476/0001-92, código de negociação MOAR3, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida Afrânio de Melo Franco, n.º 290, sala 101, parte, (“Monteiro Aranha”), de titularidade da Companhia, sem o cancelamento de ações de sua emissão (“Redução de Capital”); e (ii) autorizar a Diretoria da Companhia a adotar todas as medidas e providências necessárias ou pertinentes à Redução de Capital. **Deliberações:** Instalada a assembleia e após o exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes, representando a totalidade das ações com direito de voto, deliberaram por unanimidade: 1. Aprovar a lavratura da ata da presente assembleia na forma de sumário contendo transcrição apenas das deliberações tomadas, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das S.A.; 2. Aprovar a redução do capital social da Companhia, considerado excessivo em relação ao objeto, no **Valor Máximo da Redução**, sem cancelamento de ações e com restituição de valor aos acionistas, na proporção de suas participações no capital social, mediante: (i) a restituição de numerários em moeda corrente nacional (Reais); e (ii) a transferência e entrega de até 68.071 (sessenta e oito mil e setenta e uma) ações de emissão da Monteiro Aranha, de titularidade da Companhia, sem o cancelamento de ações de emissão da Companhia, nos termos dos artigos 173 e 174 da Lei das S.A.; 3. Autorizar a Diretoria da Companhia a adotar todas as medidas e providências necessárias ou pertinentes à efetivação da deliberação acima, ficando ratificados todos os atos já praticados nesse sentido e com vistas à realização da Redução de Capital. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou a assembleia encerrada e suspendeu os trabalhos para a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 09/04/2025. **Mesa Diretora:** Sergio Alberto Monteiro de Carvalho - Presidente. Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho - Secretária. **Acionistas Presentes:** Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello. Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho. Sergio Alberto Monteiro de Carvalho. Joaquim Alvaro Monteiro de Carvalho.

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO

NORMA MARIA MACHADO. Leiloeira Pública Oficial, matrícula nº 036 JUCERJA, estabelecida na Avenida Erasmo Braga nº 227 – Gr. 704, Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP. 20020-902, tel. (21) 2533-7978, site www.machadolileiloes.com.br, **faz saber que, devidamente autorizada pela fiduciária/credora AISIL INCORPORADORA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.058.586/0001-67, venderá em primeiro público leilão presencial, no dia 24/04/2025, com início às 14:30 horas, na Av. Erasmo Braga, nº 227, Gr. 704 – Centro /RJ., o imóvel identificado como sala 410 do empreendimento “Passo Empresarial”, situado nesta cidade, na Rua Campo Grande, nº 1.014, em Campo Grande, na Freguesia de Campo Grande, com área privativa de 23,04 m², que corresponde à fração ideal de 59/10.000 do respectivo terreno, com as medidas, características e confrontações constantes da matrícula nº 72.099 do 12º Ofício de Registro de Imóveis, conforme previsto na Lei nº 9.514, de 20/11/1997, com a nova redação dada pela Lei nº 10.931/2004 e 13.465/2017, combinada com as cláusulas do Contrato de Compra e Venda firmado em 03/10/2016 e aditado em 05/09/2018, com garantia de alienação fiduciária, conforme R-6 e R-7 da matrícula nº 72.099, venda essa que se faz para pagamento àquela fiduciária/credora da dívida, vencida e vincenda mais acessórios legais e contratuais, que não foram pagos pelo fiduciante/devedor MARCO AURELIO HALZEMAN VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº 746.536.957-68, nos termos do supra referido contrato, tendo ele sido previamente constituído em mora, não a emendou e, em consequência, consolidada a plena propriedade em nome da fiduciária/credora, consoante ato AV-10 da matrícula 72.099 do 12º Ofício de Registro de Imóveis. O imóvel será ofertado a quem mais der, desde que igual ou superior ao valor de R\$ 388.357,17 (trezentos e oitenta e oito mil, trezentos e cinquenta sete reais e dezessete centavos), mais os encargos em atraso a serem informados no ato da praça, valor aquele fixado nos termos do contrato acima referido. Ficam cientes os interessados de que a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato pelo arrematante do lance vencedor, acrescido de 5% de comissão à Leiloeira incidentes sobre o valor da arrematação, e sub-rogação nos encargos em aberto. Caso o imóvel objeto do leilão esteja ocupado, o arrematante será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo, na forma do art. 30 da Lei nº 9.514/1997. O devedor acima identificado, e seus procuradores, Sr. CESAR TADEU HAZELMAN VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº 543.046.017-68, e o Sr. JOFFRE DA CONCEIÇÃO VIEIRA FILHO, inscrito no CPF sob o nº 047.726.377-10, ficam desde já cientificados do dia, hora e local de realização do presente leilão, caso não sejam pessoalmente localizados quando da tentativa de entrega de notificação pessoal e eletrônica que lhe serão dirigidas para ciência dos Atos. Na forma do § 2º-B do artigo 27 da Lei nº 9.514/97, incluído pela Lei nº 13.465/2017, até a data da realização do segundo leilão é assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida somado (i) aos encargos e despesas de que trata o § 2º daquele artigo, (ii) aos valores correspondentes ao imposto sobre transmissão intervivos, (iii) ao laudêmio, se for o caso, pagos para efeito de consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do credor fiduciário, e (iv) às despesas inerentes ao procedimento de cobrança e leilão, incumbindo, também, ao devedor fiduciante o pagamento dos encargos tributários e despesas exigíveis para a nova aquisição do imóvel de que trata aquele parágrafo, inclusive custas e emolumentos. **Caso não haja licitantes, fica desde já designado o dia 12/05/2025, no mesmo horário e local, para realização do segundo público leilão.** A Leiloeira acha-se habilitada a fornecer aos interessados informações pormenorizadas sobre o imóvel objeto do leilão, bem como apresentar as certidões inerentes ao imóvel e à fiduciária/credora, proceder os atos necessários à formalização da arrematação. Rio de Janeiro, 08 de abril de 2025. Norma Maria Machado, Leiloeira Pública Oficial.**

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, PESQUISA E GESTÃO EM SAÚDE

CNPJ/MF nº 10.939.209/0001-79

EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Ficam convocados os associados do INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, PESQUISA E GESTÃO EM SAÚDE - IEPEGES e o Conselho de Gestão do IEPEGES a se reunir em AGO - Assembleia Geral Ordinária, em sua sede na Av. Jorge Curi, nº 550, Bloco A, sls. 161 e 345 a 351, em primeira convocação às 11:00 (onze) horas do dia 25 de abril de 2025, com a presença mínima de 2 (dois) associados e às 11:30 (onze horas e trinta minutos) horas com qualquer número de presentes, nos termos de seu Estatuto Social, com a seguinte Ordem do Dia: 1. Apreciar o Relatório da administração e as contas da Diretoria relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2. Apreciar as metas e diretrizes estipuladas pelo Conselho de Gestão; 3. Eleição dos membros dos órgãos estatutários, Conselho de Gestão, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal; 4. Assuntos Gerais. Pedro Casotti de Oliveira Santos

FUNDAÇÃO CRISTÁ-ESPÍRITA CULTURAL PAULO DE TARSO CONVOCAÇÃO – De acordo com os arts. 20 a 22 e seus parágrafos, art. 25, Incisos II e VI, e arts. 31, 37 e 38, do Estatuto, ficam convocados os Membros do Conselho Curador da Fundação, para a Assembleia Geral Ordinária (AGO) a se realizar na Sede da Fundação, situada na Estrada do Dendê, nº 659 - Tauá - Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, às 09:30 horas, no dia 26 de abril de 2025, nas modalidades presencial e por vídeo conferência, conforme autorização da 3ª Promotoria de Justiça de Fundações, do MPRJ, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia, registrando-se a reunião, através de atas distintas, a saber: Primeira Ata: a) Beneméritos – Nomeação por indicação de Conselheiros (art. 36 do Estatuto); Segunda Ata: a) Apreciação do Relatório das Atividades da Diretoria referente ao exercício de 2024; b) Apreciação do Balanço Geral e Demonstração de Resultados referentes ao Exercício de 2024; **Rio de Janeiro, 11 de abril de 2025**
Waldemar Francisco Cruz
Presidente

Conab confirma estimativa de safra recorde

Colheita de grãos deve chegar a 330,3 milhões de toneladas em 2024/25

Com maior área plantada e condições climáticas favoráveis, a **Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)** estima uma safra recorde de grãos na temporada 2024/25, em 330,3 milhões de toneladas.

De acordo com o órgão, com a colheita das culturas de primeira safra em fase adiantada, essa perspectiva vem se confirmando. Os dados do 7º Levantamento da Safra de Grãos 2024/25, divulgado nesta quinta-feira pela Conab, aponta um crescimento de 10,9% ou 32,6 milhões de toneladas quando se compara com o ciclo 2023/24.

O incremento estimado se deve tanto a uma maior área plantada, prevista em 81,7 milhões de hectares, com incorporação de 1,7 milhão de hectares em relação à safra passada, quanto às condições

climáticas favoráveis registradas na primeira safra nas principais regiões produtoras.

“As perspectivas positivas para o clima também dão suporte para o desenvolvimento das culturas na segunda safra. Neste cenário, é esperada uma recuperação da produtividade em 8,6%, estimada em 4.045 quilos por hectares”, destacou a companhia.

Soja

Segundo a Agência Brasil, a soja continua a ser o principal produto cultivado na primeira safra e deve registrar o maior volume já colhido no país. Nesta safra, a Conab prevê uma produção de 167,9 milhões de toneladas, resultado 20,1 milhões de toneladas superior à safra passada.

O Centro-Oeste, principal região produtora do grão, deve regis-

trar um novo recorde na produtividade média das lavouras com 3.808 quilos por hectare, superando o ciclo 2022/23. Em Mato Grosso, a colheita já chega a 99,5% da área semeada com a produtividade média chegando a 3.897 quilos por hectare, a maior já registrada no estado. Cenário semelhante é visto em Goiás, onde os trabalhos de colheita já atingem 97% da área com uma produtividade de 4.122 quilos por hectare.

Com a colheita da soja avançada, o plantio do milho de segunda safra está próximo de ser finalizado. **A produção total do cereal, somados os três ciclos da cultura, está estimada em 124,7 milhões de toneladas em 2024/25,** crescimento de 9 milhões de toneladas em relação ao ciclo passado.

Para o algodão, a expectativa de produção recorde também vem se confirmando. O plantio está con-

cluído com estimativa de área em 2,1 milhões de hectares, crescimento de 6,9% sobre a safra 2023/24. Já para a produção de pluma é esperada uma colheita de 3,9 milhões de toneladas, 5,1% acima do volume produzido na safra anterior.

Arroz e feijão

De acordo com a Conab, **a colheita de arroz também segue em bom ritmo, com mais de 60% da área plantada já colhida.** “As condições climáticas nas principais regiões produtoras, até o momento, são favoráveis para o desenvolvimento da cultura”, informou o órgão.

No caso do feijão, o aumento previsto na produção é de 2,1%, podendo chegar a 3,3 milhões de toneladas somadas as 3 safras da leguminosa. A elevação acompanha a melhora na produtividade média das lavouras, que sai de 1.135 quilos por hectare para

1.157 quilos por hectare, uma vez que a área se mantém estável em 2,86 milhões de hectares.

Comércio

Com o aumento na estimativa de produção do milho, a Conab também elevou as previsões de consumo do grão na safra. A nova expectativa é de um volume de 87 milhões de toneladas consumidas no mercado interno e 34 milhões de toneladas para exportação. “Mesmo com o aumento no consumo interno, o estoque final deve chegar a cerca de 7,4 milhões de toneladas do grão”, acrescentou.

Segundo a Conab, cenário semelhante é encontrado para o algodão, em que o aumento na produção possibilita um incremento tanto no consumo quanto no estoque de passagem da fibra.

AVISO

Ao Sr. Maycon de Almeida Correia

Rua Joaquim de Queiroz, Travessa Pará, nº9 – Ramos – Rio de Janeiro, RJ Solicitamos o comparecimento de V.Sa. à Rodoviária do Rio S/A, situada na Av. Francisco Bicalhon nº1, Santo Cristo – Riode Janeiro, no prazo máximo de 72 horas, no intuito de justificar suas faltas que vêm ocorrendo desde o dia 16/02/2025, sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, ensejando a justa causa do seu contrato de trabalho conforme dispõe o artigo 482, letra “I” da CLT. Sem mais,

Rodoviária do Rio S/A Recursos Humanos

DELPHOS SERVIÇOS TÉCNICOS S. A.

CNPJ N.º 33.697.723/0001-40

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 15 DE ABRIL DE 2024

Convidam-se os senhores acionistas da DELPHOS SERVIÇOS TÉCNICOS S. A. a reunirem-se em assembleia geral ordinária e extraordinária, a realizar-se presencialmente, no dia 15 de abril de 2025, sendo a primeira chamada às 10h15, e segunda, às 10h30, que ocorrerá na sede da Companhia, localizada na Rua Itapiru, n.º 1287, Auditório do 1º andar, Rio Comprido, Rio de Janeiro – RJ, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2024; **b)** Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2024; **c)** Eleição dos membros da Diretoria; **d)** Eleição dos membros do Conselho Consultivo; **e)** Fixação do limite de remuneração dos diretores; **f)** Fixação do limite de remuneração dos membros do Conselho Consultivo; **g)** Mudança do Estatuto Social para definir novo substituto para a presidente em caso de vacância; e **h)** Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 28 de março de 2025.

Elisabete Joana Bazana Prado - Diretora-Presidente

LUZIÂNIA-NIQUELÂNDIA TRANSMISSORA S.A.

CNPJ: 14.863.121/0001-71

EDITAL DE RECONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Reconvocamos os senhores acionistas da **Luziânia Niquelândia Transmissora S.A.**, a se reunirem em assembleia geral ordinária e extraordinária, a realizar-se de forma presencial ou virtual, no dia 24 de abril de 2025 às 14 horas, ao invés do dia 16 de abril de 2024 às 14 horas, como inicialmente convocado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, Relatório de Administração e Parecer dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31.12.2024; 2. Apreciação da destinação do resultado do exercício; 3. Eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia; 4. Fixação do montante global anual da remuneração dos Administradores da Companhia; 5. Eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, titulares e suplentes; 6. Fixação a remuneração anual dos membros do Conselho Fiscal; 7. Deliberação sobre o pagamento do bônus previsto no “Plano de Metas – Luziânia Niquelândia Transmissora / 2024”, referência LNT.1206.2024, aprovado pelo Conselho de Administração na reunião realizada no dia 15 de março de 2024; 8. Assuntos Gerais.

Rebecca Oliveira Xavier Santos
Presidente do Conselho de Administração

DFB CONTROLE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 40.415.070/0001-25 – NIRE 3330033665-6

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas a comparecerem na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) que será realizada no dia 30 de abril de 2025, às 11h, na sede social da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller, nº 116, sala 2607, Botafogo - CEP 22290-160, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e demais documentos relativos ao exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(ii)** Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2024; e **(iii)** Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025. Rio de Janeiro, 08 de abril de 2025.

Diretoria

COMARCA DA CAPITAL-RJ

JUIZO DE DIREITO DA QUINQUAGESIMA PRIMEIRA VARA CÍVEL

EDITAL DE 1ª, 2ª. LEILÃO ONLINE e INTIMAÇÃO à BARBARA FANELLI DOS ANJOS, com o prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação Sumária (Processo nº 0207138-31.2020.8.19.0001) proposta por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ALHANDRA contra BARBARA FANELLI DOS ANJOS, na forma abaixo: A DRA. MARIA APARECIDA DA COSTA BASTOS, Juíza de Direito da Vara acima, FAZ SABER por este edital aos interessados, que nos dias **28.04.2025 e 05.05.2025, às 13hs:00min**, através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, pela Leiloeira Pública **FABIOLA PORTO PORTELLA**, inscrita na JUCERJA sob o nº 127, será apreçoado e vendido o Apartamento 401, do edifício situado na Rua Carlos de Carvalho, nº 60, Centro, Rio de Janeiro, RJ.- Avaliação: R\$ 270.822,68 (duzentos e setenta mil, oitocentos e vinte e dois reais e sessenta e oito centavos).- O edital na íntegra está afixado no Atrio do Fórum, nos autos acima, no site www.portellaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.

SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 30.458.020/0001-71 NIRE 33.3.0000065-8

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas da **SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 16h do dia 29/04/2025, na sede social da Companhia, na Praia do Flamengo, 200 - 19º andar (Parte), Flamengo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para apreciação e deliberação das seguintes matérias: **a)** Relatório Anual da Administração e Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024; **b)** Ratificar o pagamento de Dividendos e a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio durante o exercício de 2024; **c)** Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2024 e pagamento de dividendos; **d)** Eleição dos Membros da Diretoria e fixação de sua remuneração. Rio de Janeiro, 09/04/2025.

Felipe Lemos de Moraes - Diretor-Presidente.

haga

HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

Cia Aberta CNPJ 30.540.991/0001-66 – NIRE 333.0014610-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO-AGO: Ficam os Srs. Acionistas convocados a comparecer às 15h00min, do dia 30/04/2025, na sede da Companhia, Av. Engº Hans Gaiser, 26, Nova Friburgo/RJ, de forma presencial (em razão da Cia não dispor no momento de estrutura adequada a realização da AGO por meios a distância), para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: I) Examinar, discutir e votar, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2024; II) Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado; III) Fixar a remuneração global dos administradores. Em conformidade com o Artigo 124, Parágrafo 6, da Lei 6.404/76, e da Instrução CVM 81/22, encontram-se a disposição dos acionistas para consulta, na sede e no site da Cia, bem como da CVM e da BMFBVESPA, os documentos objetos de deliberações da Assembleia ora Convocada. **INSTRUÇÕES GERAIS:** **a)** Conforme previsto nos Arts. 12º e 13º do Estatuto Social da Cia. somente poderão comparecer a AGO os acionistas em cujos nomes as ações estejam registradas em lista de acionistas expedida pelo Banco Bradesco S.A., agente de custódia de Ações da Cia, em até 05 dias antes da data de realização da AGO, observando Art. 126 da Lei 6.404/76, munidos dos seguintes documentos: (i) se pessoa física: Identidade e CPF; (ii) se pessoa jurídica: Estatuto ou Contrato Social, com respectiva comprovação da representação legal. Em ambos os casos se forem representados por procuração, que observem o disposto no § 1º do art. 126 da Lei 6.404/76, devendo os instrumentos de mandato com especiais poderes para representação na AGO, a que se refere o presente edital, serem depositados na sede da Cia. ou por e-mail, em até 05 dias antes da data marcada para sua realização; **b)** Boletim de Voto à Distância: caso o acionista opte por exercer seu direito de voto à distância, nos termos da Instrução CVM 81/22 e alterações, poderá enviar o Boletim de Voto por meio de seu respectivo agente de custódia, ou diretamente à Cia, conforme orientações constantes no boletim de voto a distância, disponível nos sites da Cia “Investidores/Assembleias”, da CVM e da BMFBVESPA, **c) Conselho Fiscal:** Será instalado a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto. Nova Friburgo, 09/04/2025, José Luiz Abicalil - Presidente do Conselho de Administração.

BRAZAL - BRASIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 10.826.798/0001-89 - NIRE 33.300.290.281

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão de Debêntures da BRAZAL - Brasil Alimentos S.A. (“Emissora”) - A GDC Partners Serviços Fiduciários DTVM Ltda., na qualidade de Agente Fiduciário da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Espécie com Garantia Real, da BRAZAL - Brasil Alimentos S.A. (“3ª Emissão”), convoca os titulares das Debêntures a se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas, sendo facultada a presença da Emissora, conforme a Cláusula 9.4.4 da Escritura de Emissão, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 25 de abril de 2025, às 11h00 (onze horas), de forma exclusivamente digital através da plataforma unificada de comunicação **Microsoft Teams, de conexão via internet**, inclusive para fins de voto, sendo o acesso ([link](#)) disponibilizado individualmente aos debenturistas devidamente habilitados nos termos deste Edital, conforme Resolução CVM nº 81, de 29/03/2022, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) ratificar a autorização para que o escritório jurídico Wambier, Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados (“Escritório”) represente e defenda os interesses dos debenturistas e do Agente Fiduciário no âmbito do processo de Falência da Emissora e/ou empresas do grupo, cujo nº é 0411258-46.2014.8.19.0001, em trâmite na 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ; (ii) ratificar a celebração do aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica celebrado em 27 de janeiro de 2020 entre a GDC Partners Serviços Fiduciários DTVM Ltda. e o Escritório, de modo a incluir no respectivo instrumento a matéria objeto do item (i); e (iii) autorizar que o Agente Fiduciário adote todas as medidas e providências necessárias ao atendimento das deliberações dos debenturistas, para refletir as deliberações havidas nesta Assembleia. Restou consignado que os debenturistas detentores de 73,33% das debêntures em circulação arcarão com o valor da publicação deste edital que cabe aos demais debenturistas, que não arcarão com seus respectivos valores devidos, e que este valor deverá ser posteriormente reembolsado em encontro de contas. A assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem 50%, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum, nos termos da Cláusula 9.2 da Escritura de Emissão. As deliberações acima, para serem aprovadas, deverão obter votos da maioria simples das Debêntures em circulação, nos termos da Cláusula 9.4.1 da Escritura de Emissão. Os participantes deverão encaminhar cópias dos seus documentos de identificação com foto e o instrumento de mandato acompanhado dos documentos pessoais do procurador, aos cuidados do Agente Fiduciário para o e-mail gdc@gdcdtm.com.br, até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da assembleia. Rio de Janeiro, 10 de abril de 2025. **GDC Partners Serviços Fiduciários DTVM Ltda.**

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO NORMA MARIA MACHADO, Leiloeira Pública Oficial, matrícula nº 036 JUCERJA, estabelecida na Avenida Erasmo Braga nº 227 – Gr. 704, Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP. 20020-902, tel. (21) 2533-7978, site www.machadolleiloes.com.br, faz saber que, devidamente autorizada pela fiduciária/credora AISIL INCORPORADORA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.058.586/0001-67, venderá em primeiro público leilão presencial, no dia 24/04/2025, com início às 14:00 horas, na Av. Erasmo Braga, nº 227, Gr. 704 – Centro/RJ., o imóvel identificado como sala 316 do empreendimento “Passeio Empresarial”, situado nesta cidade, na Rua Campo Grande, nº 1.014, em Campo Grande, na Freguesia de Campo Grande, com área privativa de 24,32 m², e somada a comum, área total de 57,78m², que corresponde à fração ideal de 61/10.000 do respectivo terreno, com as medidas, características e confrontações constantes da matrícula nº 51.332 do 12º Ofício de Registro de Imóveis, conforme previsto na Lei nº 9.514, de 20/11/1997, com a nova redação dada pela Lei nº 10.931/2004 e 13.465/2017, combinada com as cláusulas do Contrato de Compra e Venda firmado em 20/09/2016, com garantia de alienação fiduciária, conforme R-4 e R-6 da matrícula nº 51.332, venda essa que se faz para pagamento àquela fiduciária/credora da dívida, vendida e vinculada mais acessórios legais e contratuais, que não foram pagos pelos fiduciantes/devedores JULIO CESAR FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 072.294.877-81 e sua mulher SILVIA DA SILVA FERREIRA, inscrita no CPF sob o nº 021.425.787-80, nos termos do supra referido contrato, tendo eles sido previamente constituídos em mora, não a emendaram e, em consequência, consolidada a plena propriedade em nome da fiduciária/credora, consoante ato AV-10 da matrícula 51.332 do 12º Ofício de Registro de Imóveis. O imóvel será ofertado a quem mais der, desde que igual ou superior ao valor de R\$400.684,26 (quatrocentos mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte e seis centavos), mais os encargos em atraso a serem informados no ato da praça, valor aquele fixado nos termos do contrato acima referido. Ficam cientes os interessados de que a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato pelo arrematante do lance vencedor, acrescido de 5% de comissão à Leiloeira incidentes sobre o valor da arrematação, e sub-rogação nos encargos em aberto. Caso o imóvel objeto do leilão esteja ocupado, o arrematante será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo, na forma do art. 30 da Lei nº 9.514/1997. Os devedores acima identificados, e seus procuradores, Sr. JULIO CESAR BARROS DE ARAUJO, inscrito no CPF sob o nº 078.125.447-70, e Sra. ANNA CAROLINE BOYD MARTINE, inscrita no CPF sob o nº 094.489.647-22, ficam desde já identificados do dia, hora e local de realização do presente leilão, caso não sejam pessoalmente localizados quando da tentativa de entrega de notificação pessoal e eletrônica que lhe serão dirigidas para ciência dos Atos. Na forma do § 2º-B do artigo 27 da Lei nº 9.514/97, incluído pela Lei nº 13.465/2017, até a data da realização do segundo leilão é assegurado aos devedores fiduciantes o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida somado (i) aos encargos e despesas de que trata o § 2º daquele artigo, (ii) aos valores correspondentes ao imposto sobre transmissão intervivos, (iii) ao laudêmio, se for o caso, pagos para efeito de consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do credor fiduciário, e (iv) às despesas inerentes ao procedimento de cobrança e leilão, incumbindo, também, aos devedores fiduciantes o pagamento dos encargos tributários e despesas exigíveis para a nova aquisição do imóvel de que trata aquele parágrafo, inclusive custas e emolumentos. Caso não haja licitantes, fica desde já designado o dia 12/05/2025, no mesmo horário e local, para realização do segundo público leilão. A Leiloeira acha-se habilitada a fornecer aos interessados informações pormenorizadas sobre o imóvel objeto do leilão, bem como apresentar as certidões inerentes ao imóvel e à fiduciária/credora, proceder os atos necessários à formalização da arrematação. Rio de Janeiro, 08 de abril de 2025. Norma Maria Machado, Leiloeira Pública Oficial.

CONCREMAT ENGENHARIA E SERVIÇOS S.A.

CNPJ/MF nº 37.249.350/0001-04 NIRE 3.33.0034796-8

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE FEVEREIRO DE 2025. I - Data, hora e local:

05 de fevereiro de 2025, às 15 horas, na sede social da Companhia, na Rua Joaquim Palhares, 40, Torre Sul, 5º andar, Estácio, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **II - Mesa:** Presidente: Sr. Márcio Alexandrino Brasileiro; Secretária: Sra. Cláudia Cid Varela Madeira. **III - Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo quarto, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia detentores de ações correspondentes à totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas ao final da presente. **IV - Ordem do Dia:** (a) examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023; (b) examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. **V - Deliberações:** Os acionistas da Companhia presentes apreciaram as matérias constantes da ordem do dia e aprovaram, por unanimidade, o quanto segue: (a) **Aprovar** a lavratura da presente Ata em forma de sumário; (b) **Aprovar** as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (c) **Aprovar** a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no valor total de R\$ 11.122.276,47 (onze milhões cento e vinte e dois mil duzentos e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos), da seguinte forma: (i) R\$ 1.160.317,68 (um milhão cento e sessenta mil trezentos e dezesseite reais e sessenta e oito centavos) são destinados à compensação do prejuízo acumulado até 31.12.2022. (ii) R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) são destinados à reserva legal; (iii) R\$ 9.701.958,79 (nove milhões setecentos e um mil novecentos e cinquenta e oito reais e setenta e nove centavos) são destinados à distribuição de dividendos aos acionistas. **VI - Publicações:** Na forma do artigo 133, §4º e art. 289, I e II, ambos da Lei das S.A., com a redação dada pela Lei 13.818/2019, o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo e a cópia das demonstrações financeiras foram publicados no Jornal Monitor Mercantil e disponibilizados na página do mesmo jornal na internet, nos dias 23 e 24 de abril de 2024. **VI - Encerramento:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Nada mais havendo a tratar e, como nenhum outro ponto foi levantado, a assembleia foi suspensa durante o período necessário para a presente ata ser lavrada, a qual, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **VII - Presenças:** Mesa: Márcio Alexandrino Brasileiro, Presidente; Cláudia Cid Varela Madeira, Secretária. Acionistas: (a) Concremat Engenharia e Tecnologia S/A (representada pelo Sr. Márcio Alexandrino Brasileiro e pela Sra. Zhimin Hu); (b) CCCCS São Paulo Office Ltda. (representada pela Sra. Zhimin Hu). A presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio, ficando autorizada a sua publicação. Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2025. Márcio Alexandrino Brasileiro - Presidente, Cláudia Cid Varela Madeira - Secretária. Jucerja nº 6914263 em 09/04/2025.

NOTA DA DIRETORIA

A Telespazio Brasil S.A., apesar da alta competitividade dos mercados de Telecomunicações via satélite e Sensoriamento Remoto, conseguiu no exercício de 2024 uma receita operacional muito expressiva, alcançando um volume de ordem de mais de R\$ 150 milhões, fruto de contínuas ações de melhoria dos produtos e serviços, bem como do contínuo desenvolvimento de novas soluções.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)			Passivo	BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)		
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.178	5.715	Fornecedores - terceiros	15	26.032	11.392
Contas a receber de clientes	6	86.394	57.568	Fornecedores - partes relacionadas	7	9.591	11.505
Contas a receber com partes relacionadas	7	133	65	Adiantamento de clientes		834	-
Estoques	8	6.452	726	Salários, provisões e encargos sociais		2.582	2.443
Impostos a recuperar	9	6.820	6.277	Impostos, taxas e contribuições	16	4.609	3.179
Outros créditos	11	1.787	1.096	Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	124	-
		107.764	71.447	Empréstimo com partes relacionadas	7	9.804	24.107
				Programa de recuperação fiscal (REFIS)	17	-	-
						53.576	52.626
Não circulante				Não circulante			
Impostos a recuperar	9	1.725	2.089	Empréstimo com partes relacionadas	7	48.955	9.860
Impostos de renda e contribuição social diferidos	10	2.732	800	Provisão para contingências	18	3.883	4.452
Caução e depósitos judiciais	12	3.061	3.156	Programa de recuperação fiscal (REFIS)	17	160	373
Outros créditos	11	-	4			52.998	14.685
		7.518	6.049				
Investimentos		3	3	Patrimônio líquido	19		
Imobilizado	13	36.900	41.844	Capital social		58.724	58.764
Intangível	14	2.004	2.801	Prejuízos acumulados		(11.109)	(3.931)
		38.907	44.648			47.615	54.833
Total do ativo		154.189	122.144	Total do passivo e patrimônio líquido		154.189	122.144

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2022	Capital social		Prejuízos acumulados		Total	
Capital filial Colômbia		58.724		(3.622)		55.102
Ajuste filial Colômbia		5		-		5
Ajustes acumulados de conversão		35		(35)		-
Lucro líquido do exercício		-		926		926
Em 31 de dezembro de 2023		58.764		(1.200)		(1.200)
Capital filial Colômbia		(40)		(3.931)		54.833
Ajustes acumulados de conversão		-		-		(40)
Lucro líquido do exercício		-		(11.625)		(11.625)
Em 31 de dezembro de 2024		58.724		(11.109)		47.615

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Telespazio Brasil S.A. ("Telespazio" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em outubro de 1997, estabelecida na Av. Rio Branco nº 1 sala 1803, Rio de Janeiro, R.J. com uma filial em Buenos Aires – Argentina e uma filial em Bogotá – Colômbia. A Companhia iniciou suas operações em janeiro de 2000. Seu objeto social é: (i) prestar serviços de telecomunicações por satélite; (ii) estabelecer, coordenar e administrar redes de operadores relacionados a prestação de serviços de telecomunicações por satélite; (iii) implementar sistemas para a prestação de serviços de telecomunicações; e (iv) participar em outras sociedades, bem como administrar projetos próprios ou de terceiros. **1.1. Impactos da Recuperação Judicial da Oi:** O crédito reclamado pela Companhia contra a Oi S.A. no âmbito da segunda recuperação judicial é de R\$ 9,874 milhões, valor líquido dos tributos que são objeto de retenção. Exceto pelo saldo a receber dos serviços prestados pela Companhia até a data do pedido de recuperação (março de 2023), os serviços prestados depois do pedido de recuperação judicial estão sendo pagos dentro do prazo usual acordado com a Oi por seus valores integrais. O Plano de recuperação judicial do Grupo Oi foi aprovado pela assembleia geral de credores e foi homologado pelo Juízo da segunda recuperação judicial em 28 de maio de 2024. Os créditos da Companhia serão pagos como Créditos de Credores Fornecedores Parceiros, com desconto de 10%, em seis parcelas trimestrais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira: (i) no 15º dia do 12º mês subsequente ao desembolso integral do Novo Financiamento (termo definido no Plano); ou (ii) 15 de setembro de 2025; o que ocorrer primeiro, sem a incidência de juros ou correção monetária. A Companhia monitora o desenvolvimento da recuperação judicial, de modo a considerar novos fatos que possam modificar as estimativas e o julgamento de sua Administração acerca das contas a receber relacionados ao Grupo Oi. Com base nos fatos e circunstâncias conhecidos até o momento, assim como na expectativa de êxito nas discussões acima, a Administração da Companhia acredita que possuirá recursos necessários para manutenção das operações por período superior a 12 meses a partir da data de aprovação dessas demonstrações financeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis: Este conjunto de demonstrações contábeis foi preparado pela Companhia de acordo com o CPC PME (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. A Administração da Companhia declara de maneira explícita, e não reservada, que as demonstrações contábeis ora apresentadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por meio do Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A Diretoria da Companhia aprovou a emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em 09 de abril de 2025.

3. Resumo das principais práticas contábeis: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada transação. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício conforme o regime de competência. As variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das filiais Colômbia e Argentina são reconhecidas no Patrimônio Líquido, em conformidade com as normas contábeis vigentes. **b) Declaração de continuidade:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia e sua controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um lucro líquido no exercício de R\$4.447 e um capital circulante líquido positivo de R\$54.187 (R\$18.821 em 2023). A Administração segue promovendo diversas ações com o objetivo da melhoria contínua da posição econômica e financeira da Companhia, tais como: (i) eficiência operacional através da oferta de novos produtos no mercado; (ii) ampliação do *market share* através de oferta de serviços para América Latina, abertura da filial na Colômbia; (iii) melhoria da qualidade de serviços através de desenvolvimentos de sistemas internos e também por migrações de tecnologias. A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui os recursos necessários para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. **c) Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como ativos não circulante. Um passivo é classificado como circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação, ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como passivos não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **e) Instrumentos financeiros ativos e passivos:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros:** i) **Classificação e mensuração:** A avaliação dos ativos financeiros da Companhia está detalhada na tabela abaixo:

Ativos financeiros	DF da Companhia	Categoria do ativo
Disponibilidades	Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber	Contas a receber de clientes operacionais e partes relacionadas	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Depósitos judiciais e cauções	Valor justo por meio do resultado
Outras contas a receber	Outras contas a receber pelas atividades operacionais	Custo amortizado

ii) **Redução ao valor recuperável:** O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção do contas a receber, caso em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma conta de provisão. iii) **Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "trêpass"; e (a) a Companhia transferiu

substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. **Passivos financeiros:** i) **Classificação e mensuração:** Os principais passivos financeiros da Companhia são: fornecedores, partes relacionadas, adiantamentos de clientes, empréstimos com partes relacionadas, dividendos e outras contas a pagar. Estes foram classificados como "outros passivos financeiros", sendo inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos da transação. Esses passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base na taxa efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período em questão. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados pela vida esperada do passivo financeiro, ou (quando apropriado) por um período menor de tempo, para o valor contábil líquido no reconhecimento inicial. ii) **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **f) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber, segundo análise individual dos devedores o valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A Administração da Companhia entende não haver risco de recebimento com contas a receber de partes relacionadas. **g) Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os custos históricos são apurados com base no método do custo médio e incluem todas as despesas incorridas para levar os estoques à localização e condição atuais. Estas incluem impostos de importação, fretes e custo de logística, e quaisquer outros custos atribuíveis à aquisição. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. As provisões para baixa rotatividade nos estoques são constituídas com base na demanda comercial e análise mercadológica e análise da expectativa de perda realizada pela Companhia. Os montantes provisionados são suficientes para cobrir perdas futuras de itens que não possuem movimentação há mais de 365 dias. **h) Imobilizado:** O imobilizado é apresentado pelo seu custo histórico, líquido de depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicáveis. Inclui, essencialmente, terrenos, equipamentos e instalações necessárias aos serviços de telecomunicações. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente pela Administração, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável.

	Taxas anuais de depreciação em %
Equipamento SCPC/Nova Tecnologia	20%
Móveis e utensílios	10%
Computadores e periféricos	20%
Benefetórias	10%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais". i) **Intangível:** O grupo de bens intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com aquisição de marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

	Taxas anuais de amortização e depreciação em %
Softwares	20%

j) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Em 31 de dezembro de 2024 a taxa de desconto utilizada pela Administração é de 3,33% (4,37% em 2023). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. A taxa de desconto aplicada no estudo da Companhia é de 3,33% em 2024 (4,37% em 2023). As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve indicativo de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros da Companhia. **k) Empréstimos com partes relacionadas:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2024 a taxa efetiva de juros sobre empréstimos com partes relacionadas é de 2,7% e 6,3%. **l) Benefício a empregados:** A Companhia concede a todos os empregados um bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, o qual está vinculado ao alcance de objetivos específicos, baseados no cumprimento de metas individuais e corporativas, estabelecidas e acordadas no início de cada ano e reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). Sobre os exercícios de 2024 e 2023 foram

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional com vendas e serviços		20	126.024
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	22	(107.135)	(92.455)
Lucro bruto		18.889	17.452
Despesas operacionais, líquidas			
Despesas com vendas	22	(2.578)	(2.432)
Despesas gerais e administrativas	22	(8.196)	(9.889)
Depreciação e amortização	22	(76)	(92)
Despesas com serviços prestados por terceiros	22	(1.615)	(1.872)
Provisão para contingências	22	-	(1.484)
Outras despesas operacionais, líquidas	22	(919)	(696)
		(13.384)	(16.465)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e impostos		5.505	987
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	17.276	41.118
Despesas financeiras	21	(17.010)	(42.462)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		5.771	(357)
Imposto de renda e contribuição social corrente	10	(3.256)	7
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	1.932	(850)
Lucro (prejuízo) do exercício		4.447	(1.200)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro (prejuízo) do exercício	4.447	(1.200)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	4.447	(1.200)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	4.447	(1.200)
Lucro (prejuízo) do exercício	4.447	(1.200)
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Impostos de renda e contribuição social corrente e diferido	1.324	843
Depreciação e amortização	9.032	10.898
Atualização de contingências	(87)	-
Eliminação do capital da Colômbia na consolidação	(40)	-
Baixa por obsolescência de bens do ativo imobilizado e transferências para estoque	6.441	721
Provisão de juros	2.042	2.074
Ajuste dos valores que não interferiram no caixa das atividades operacionais	23.159	13.336
Variações nos ativos e passivos		
Redução (Aumento) no contas a receber	(28.826)	(2.251)
Redução (Aumento) no contas a receber com partes relacionadas	(68)	(25)
Aumento (Redução) no contas a pagar com partes relacionadas	(1.915)	227
Redução (Aumento) nos estoques	(5.726)	(37)
Redução (Aumento) em outros ativos	(687)	801
Redução (Aumento) em Depósitos judiciais	95	5.550
Redução (Aumento) em impostos a Recuperar	(179)	(1.960)
Aumento (Redução) em adiantamento de clientes	834	(517)
Aumento (Redução) contingências	(482)	(4.175)
Aumento (Redução) em fornecedores	14.640	(4.343)
Aumento (Redução) em outros passivos	1.357	(374)
Total de variações nos ativos e passivos	(20.957)	(7.104)
Juros pagos	-	(1.344)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(3.132)	(1.203)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(930)	3.685
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(9.732)	(15.786)
Aquisições de bens intangíveis	-	(603)
Ajuste de conversão das filiais no exterior	(11.625)	939
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(21.357)	(15.450)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimo com partes relacionadas	15.532	12.178
Juros sobre empréstimos pagos	(1.124)	(659)
Variação cambial sobre empréstimos adquiridos	8.342	(853)
Pagamento empréstimos a partes relacionadas	-	(1.000)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	22.750	9.666
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	463	(2.099)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5.715	7.814
No final do exercício	6.178	5.715
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	463	(2.099)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

provisionados R\$2.335 e R\$1.723, respectivamente. **m) Tributos:** i) **Imposto de renda e contribuição social correntes:** Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. ii) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, se reconhecidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos ou passivos e o seu respectivo valor contábil, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Os decorrentes créditos tributários serão registrados somente quando a Companhia apresentar histórico e projeções de lucros tributários. iii) **Impostos sobre prestação de serviços e vendas:** As receitas de prestação de serviço estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e contribuições	Sigla	Alíquota
Programa de Integração Social	PIS	1,65



TELESPAZIO BRASIL S.A.

CNPJ: 02.214.014/0001-33

dação duvidosa é constituída com base no julgamento da Administração sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber. A Administração avalia o risco de cliente e o efeito sobre as contas a receber a vencer e vencido, quando aplicável. b) *Vida útil do imobilizado*: A vida útil dos ativos classificados no imobilizado reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. c) *Provisões para risco tributário, cível e trabalhista*: Quando necessário, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências sobre as obrigações de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária. d) *Obsolescência de estoques*: A Administração da Companhia revisa mensalmente o grau de obsolescência do seu estoque. Tal revisão é suportada com mudança no ambiente econômico em que ele se encontra e no tempo em que ele ficará obsoleto. Com base nessa revisão, a Administração constitui provisão de perda em estoque. Ademais a Administração provisiona para perda o estoque sem movimentação acima de 365 dias. A provisão para perdas em estoque é constituída com base em uma análise feita pela Administração em que os itens do estoque são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor. e) *Imposto de renda e contribuição social*: A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção de probabilidade de que o lucro tributável futuro e a base de contribuição social estejam disponíveis e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. f) *Provisões e passivos contingentes*: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários, os quais quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais ou carta de fiança bancária. A Companhia em conjunto com seus advogados, efetua a provisão das contingências conforme prognóstico de perda aplicável. g) *Impairment de ativos*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil excede o valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não foram identificados indicadores de *impairment* e, portanto, a Companhia não registrou provisão para perda sobre tais ativos nos exercícios de 2024 e 2023.

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	526	103
Caixa e bancos	5.652	5.612
Aplicação financeira	6.178	5.715

Todas as aplicações financeiras mantidas pela Companhia são em renda fixa, representadas por aplicações automáticas, atreladas a Certificados de Depósito Interbancário (CDIs) e remunerados a taxas que variam entre 13,65% e 11,87% nos últimos 2 anos.

	2024	2023
Clientes nacionais	85.811	60.529
Clientes internacionais	4.391	6.062
Clientes partes relacionadas	8.107	2.892
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(11.915)	(11.915)
	86.394	57.568

	2024	2023
Circulante	86.394	57.568
A Vencer	22.356	25.277
De 1 a 90 dias	21.511	6.569
De 91 a 180 dias	6.665	2.990
De 181 a 365 dias	24.246	14.208
Acima de 365 dias	23.531	20.439
	98.309	69.483

(a) A Administração avalia o risco do contas a receber pelo critério das perdas efetivas, considerando caso a caso o risco real de não recuperabilidade dos títulos. As movimentações na provisão para crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes são as seguintes:

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro de 2024	(11.915)	-
Constituição de provisão (adições)	-	-
Reversão de provisão	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(11.915)	-

7. **Transações com partes relacionadas**: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as transações com partes relacionadas são como seguem:

	2024	2023
Contas a receber:		
Contas a receber com a Telespazio S.p.A. Itália	46	37
Contas a receber com a Telespazio Latim América	65	28
Contas a receber da filial Colômbia	22	-
	133	65

	2024	2023
Fornecedores:		
Fornecedores de serviços (i)	311	241
Fornecedores de equipamentos (ii)	9.280	11.264
	9.591	11.505

	2024	2023
Empréstimos:		
Empréstimo Telespazio S.p.A. - circulante (iii)	9.804	24.107
Empréstimo Telespazio S.p.A. - não circulante (iii)	48.955	9.860
	58.759	33.967

	2024	2023
Demonstração do resultado do exercício		
Receitas de serviços prestados	8.323	4.455
Ganhos de variações cambiais não financeiras	938	3.190
Perdas de variações cambiais não financeiras	(9.318)	(2.335)
Custo de serviços prestados de partes relacionadas	(316)	(564)
Despesas financeiras	(2.041)	(729)

(i) Contrato de prestação de serviço de consultoria e outros serviços; (ii) Refere-se a serviços na linha de Geo Information de nosso fornecedor e-Geos; (iii) Refere-se a empréstimos recebidos pela Telespazio S.p.A., com taxa de juros trimestrais equivalentes a EURIBOR, e vencimento em 2027. Em junho de 2024 adquirimos um novo empréstimo no montante de R\$9.237 (Euro 1.650), com juros de 4,90% a/a e com data de vencimento em novembro de 2024. Em outubro de 2024 adquirimos um novo empréstimo de R\$6.296 (Euro 1.000), com juros de 4,85% e vencimento outubro de 2026. Todos os empréstimos com data de vencimento em novembro 2024 foram renegociados com um novo empréstimo de Euro 6.093 com vencimento em 2025, 2026 e 2027 e com a taxa de juros entre 2,70% e 4,90% a/a.

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	(33.967)	(23.571)
Pagamento principal	1.000	-
Novo empréstimo	(15.532)	(12.178)
Juros pagos	1.124	659
Provisão de juros	(2.042)	(730)
Varição cambial	(8.342)	853
Saldo em 31 de dezembro	(58.759)	(33.967)

a) **Remuneração do pessoal-chave da Administração**: O pessoal-chave da Administração incluí os diretores estatutários da Companhia. A remuneração paga ou a pagar por serviços de administradores está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Honorários	3.743	3.749

8. **Estoques**: Referem-se, substancialmente, a mercadorias para revenda e suprimentos, representados por equipamentos eletrônicos de telecomunicações, não existindo restrições a sua utilização, assim como não são objetos de garantia. Os equipamentos, quando utilizados para a prestação de serviços, são reclassificados para ativos imobilizados.

	2024	2023
Estoques	6.452	726

9. **Impostos a recuperar**: Em 31 de dezembro a composição de impostos a recuperar é como se apresenta:

	2024	2023
IRPJ/CSLL (a)	1.071	2.986
ICMS sobre ativo imobilizado (c)	1.815	2.196
ICMS	2.652	1.897
PIS/COFINS - Crédito ICMS (b)	1.261	1.262
Retenções da Lei nº 10.833/03	14	14
Créditos não cumulativos PIS/COFINS	457	-
IPI a recuperar	630	-
Outros	645	11
	8.545	8.366

	2024	2023
Circulante	6.820	6.277
Não circulante	1.725	2.089

(a) A Companhia apura IRPJ e CSSL sob a forma de lucro mensal. Ao longo do ano de 2024 pagou R\$3.306, sendo que o resultado anual apurou lucro fiscal de R\$9.682. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui crédito de CSLL e IRPJ de R\$1.071. (b) Em relação PIS/COFINS-Crédito ICMS o Plenário do STF, em sessão de julgamento realizada no dia 15 de março de 2017, finalizou o julgamento do Recurso Extraordinário, reconhecendo a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal opôs embargos de declaração com dois pedidos principais: (i) que o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS fosse o ICMS efetivamente pago pelos contribuintes, e não o ICMS destacado nas notas fiscais, e (ii) a modulação dos efeitos da decisão, a fim de que ela produzisse efeitos somente para o futuro. O julgamento dos referidos embargos de declaração terminou em maio de 2021. A Companhia possui Mandado de Segurança distribuído em 27 de junho de 2013, concede o direito de recuperar os valores indevidamente recolhidos a título de PIS e COFINS (com a indevida inclusão do ICMS) desde junho de 2008, ou seja, 5 anos antes do ajuizamento do Mandado de Segurança. Sendo assim, para o período de 2008 a junho de 2021 a Companhia registrou PIS e COFINS a compensar sobre a base de ICMS o montante de R\$1.637 dos quais até 31 de dezembro de 2024 já se compensou de R\$ 375, e possui saldo a compensar de R\$1.262. A Administração tem expectativa da realização do crédito somente quando o processo for transitado em julgado a favor da Telespazio. (c) Referem-se, basicamente, a créditos de impostos federais e estaduais, principalmente ICMS, oriundos de aquisição de ativo imobilizado que vai ser recuperado durante os 48 meses posteriores a aquisição.

10. **Impostos de renda e contribuição social**: Em 31 de dezembro a apuração do imposto de renda e contribuição social estão como a seguir:

	2024	2023
Imposto corrente	(3.256)	(7)
Imposto diferido	1.932	850
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(1.324)	843

A seguir a apuração dos impostos correntes e diferidos sobre o resultado dos exercícios de 2024 e 2023.:

	2024	2023
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	5.771	(357)
À alíquota fiscal de 34%	1.962	-
Diferenças permanentes	-	7
Doações	-	7
Multas	77	8
Ganho capital exterior	790	959
Remuneração Diretores	572	720
Outras	939	638
Diferenças temporárias	-	-
Varição cambial ativa	(5.141)	(6.633)

Saldos em 31 de dezembro de 2023
Debitado (creditado) à demonstração do resultado
Saldos em 31 de dezembro de 2024

	Provisão contingências	Provisão perda em estoque	Varição Cambial	Devedores duvidosos	Provisão para bônus	Outras	Total
	688	-	(4.399)	3.013	512	986	800
	29	-	1.955	-	(152)	100	1.932
	717	-	(2.444)	3.013	360	1.086	2.732

A Companhia avaliou neste exercício, sob as perspectivas fundamentadas de geração de lucros tributáveis futuros e alta probabilidade de recuperação, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional. Baseou-se neste exercício do portfólio de serviços com aquisição de novos contratos a médio e longo prazo assinados com clientes de grande porte que levam a um cenário futuro de maior certeza em relação ao cumprimento das metas do orçamento 2025 e dos planos para os exercícios de 2026 a 2029.

Conforme apresentado, o imposto diferido ativo em 31 de dezembro de 2024 é decorrente somente das provisões e variação cambial.

	2024	2023
11. Outros créditos		
Seguros a apropriar	484	401
Adiantamentos a fornecedores	52	140
Despesas antecipadas	629	480
Adiantamentos diversos	481	54
Outros créditos	141	25
	1.787	1.100
Circulante	1.787	1.096
Não circulante	-	4

13. **Imobilizado**

	Terrenos	Computadores e periféricos
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2022	370	166
Aquisição (a)	-	84
Transferências (b)	-	-
Baixas	(89)	3
Depreciação	16	(57)
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2023	370	177
Aquisição (a)	-	78
Transferências (b)	-	10.743
Baixas	-	-
Depreciação	(77)	(320)
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2024	370	178
Custo total	370	3.305
Depreciação acumulada	-	(3.127)
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2024	370	178
Taxas anuais de depreciação	-	20%

(a) Valor líquido de adições e transferências dentro do mesmo grupo, através de subcategorias de imobilizado.
(b) Valor referente a transferências entre imobilizado.

	2024	2023
14. Intangível		
Saldo em 31 de dezembro de 2022		3.238
Aquisições		603
Baixas		(1.040)
Amortização		(2.801)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2.801
Aquisições		-
Baixas		(797)
Amortização		(2.004)
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2024		11.551
Custo total		(11.547)
Amortização acumulada		2.004
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2024		20%
Taxas anuais de depreciação		20%

	2024	2023
15. Fornecedores terceiros		
Nacionais de serviços	20.963	9.732
Nacionais de equipamentos	433	3
Estrangeiros	21.396	9.735
	4.636	1.657
	26.032	11.392

	2024	2023
16. Impostos, taxas e contribuições		
IRRF	1.332	1.865
ISS	422	272
ICMS	928	462
PIS/COFINS	856	330
Outros impostos a pagar	1.071	250
Impostos, taxas e contribuições	4.609	3.179
Imposto de renda a pagar	124	-
Contribuição social a pagar	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social a pagar	124	-

17. **Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), Municipal, Estadual e Federal**: As contingências fiscais na esfera judicial são decorrentes de contestações junto à Receita Federal, por não considerarem as compensações de tributos federais, previstas legalmente na apuração do pagamento dos impostos devidos. Amparada pelo REFIS Lei 11.941 Art.01, a Companhia parcelou montantes de PIS, COFINS, CIDE, ICMS (RJ) e parcelamento simplificado de ISS retido de terceiros do Município de Niterói-RJ. A Companhia em 31 de dezembro de 2024 apresentava um saldo a pagar de parcelamentos de R\$160 (R\$373 em 2023) no longo prazo. A movimentação do parcelamento dos impostos é como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	373	784
Atualização	-	(129)
Pagamento	-	(282)
Transferências	(213)	-
Saldo final	160	373

A seguir o cronograma de pagamentos:

	2024	2023
2024	-	224
2025	54	59
2026	54	59
2027	52	31
Total	160	373
Circulante	-	-
Não circulante	160	373

18. **Provisões para contingências**: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o montante de processos cuja expectativa de perda foi classificada como provável é de R\$3.883 e 4.452 respectivamente conforme apresentado:

	2024	2023
Saldo inicial	4.452	8.627
Constituições	570	3.473
Reversões	(657)	(37)
Baixa	-	(7.306)
Pagamentos	(482)	(305)
Total em 31 de dezembro	3.883	4.452

Abaixo segue a composição do saldo da provisão por natureza das causas:

	2024	2023
Cível	3.275	3.931
Trabalhista	608	521
Total	3.883	4.452

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia era parte em processos com expectativa de perdas consideradas como possíveis nos montantes de R\$109.711 e R\$133.304, respectivamente. A seguir apresentamos as principais causas cujo risco de perda é possível.

	2024	2023
Cível	261	542
Tributária	105.116	130.266
Trabalhista	2.496	2.496
Total	107.873	133.304

• Receita Estadual - ICMS sobre receitas que não sistemem serviços de telecomunicações prestados a clientes cuja atividade econômica também é a prestação de serviços de telecomunicações e cobrança do Fundo Estadual de Combate à Pobreza R\$90.820(R\$88.981 em 2023); e • Secretária da Receita Federal - Cobrança de tributos federais R\$11.018 (R\$10.523 em 2023); • Receita Municipal - Cobrança indevida de ISS sobre receitas de locação de equipamentos e receitas com venda de capacidade de satélite, totalizando aproximadamente R\$25.763 (R\$21.047 em 2023); • ANATEL - Cobrança indevida de FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) totalizando aproximadamente R\$5.224 (R\$4.789 em 2023); • Causa trabalhista - Dois processos judiciais de ex-funcionários, solicitando o reconhecimento de vínculo empregatício no montante de R\$2.827 (R\$2.827 em 2023). A Companhia possui por prática a contratação de determinados prestadores de serviços de forma habitual que pode acarretar encargos trabalhistas adicionais, no entanto não possui por prática o registro integral desses encargos como provisões nas demonstrações financeiras. Os valores relacionados e não provisionados são de R\$3.735 em 31 de dezembro de 2024 (R\$4.083 em 2023).

19. **Patrimônio líquido**: a) **Capital social**: O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está representado por 5.872.400 ações ordinárias com valor nominal de R\$10,00 cada:

	Quantidade de ações	Participação (%)	Capital Subscrito
Telespazio Latin America S.A.	5.800.394	98,77	58.004
Entel - Empresa Nacional de Telecomunicações	48.000	0,82	480
Amerton S.A.	24.000	0,41	240
Outros	6	0,00	0
Total	5.872.400	100,00	58.724



TELESPAZIO BRASIL S.A.

CNPJ: 02.214.014/0001-33

bio: O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Companhia tem empréstimos em moeda estrangeira de €7.093 e USD2.000. A Companhia tem como prática entrar em contratos de financiamento somente com outras companhias do mesmo grupo econômico. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger essa exposição nessa data.

	2024		2023	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber em EUR	194	1.247	102	545
Contas a receber em USD	1.650	10.209	1.918	8.098

	2024		2023	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Passivo				
Fornecedores em EUR	(837)	(5.292)	(1.721)	(9.230)
Empréstimos em EUR	(7.093)	(44.827)	(4.443)	(24.107)
Empréstimo em USD	(2.000)	(12.156)	(2.000)	(9.860)
Fornecedores em USD	(765)	(4.651)	(348)	(1.682)
Exposição líquida EUR	(7.736)	(48.872)	(6.062)	(32.792)
Exposição líquida USD	(1.115)	(6.598)	(430)	(3.444)

25. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros contemplam as principais coberturas contra sinistros: incêndio, explosão e fumaça, danos elétricos, equipamentos e responsabilidade civil. Atual-

mente a Telespazio possui os seguintes seguros: • Seguro de Responsabilidade civil Seguradora, Chubb Seguros Brasil S.A. com vencimento em 8 de setembro de 2025 no montante da cobertura de R\$10.000; • Seguro Empresarial, seguradora Porto Seguro, com vencimento em 22 de julho 2025, cobertura R\$14.520; e • Seguro D&O com vencimento em 30 de junho de 2025 (no montante de prêmio líquido R\$14.648) é negociada diretamente pelo Leonardo a nível global.

Marcelo Nahu Diretor Administrativo Financeiro - Telespazio Brasil S.A.
Marzio Laurenti Diretor-Presidente - Telespazio Brasil S.A.
Carlos Alberto Teixeira Contador - CRC RJ - 22087- O/RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e acionistas da **Telespazio Brasil S.A.** - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Telespazio Brasil S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)). **Base para opinião com ressalva:** Conforme divulgado na nota explicativa 18, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não registrou provisão para contingência trabalhista no montante de R\$4.976 mil (R\$4.083 mil em 31 de dezembro de 2023), conforme determinado pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Consequentemente, o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está superavaliado em R\$691 mil (R\$212 mil em 31 de dezembro de 2023) e o patrimônio líquido está superavaliado em R\$4.090 mil (R\$3.399 mil em 31 de dezembro de 2023), após os efeitos tributários. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase - Efeitos do processo de recuperação judicial de cliente da Companhia:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.1, que descreve a incerteza sobre a recuperação das contas a receber relacionadas com cliente da Companhia que está em processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos

são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 09 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Giuseppe Grimaldi
Contador
CRC RJ-133899/O

Bancos devem investir R\$ 47,8 bi em 2025

IA puxa a maior parte do montante a ser investido

O orçamento total dos bancos brasileiros destinado à tecnologia, englobando despesas e investimentos, deverá atingir, neste ano, R\$ 47,8 bilhões, um aumento de 13% em relação a 2024, quando foi de R\$ 42,3 bilhões. É o que revela o 1º volume da Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária 2025, realizada pela Deloitte.

A estimativa foi calculada com base nos valores indicados pelos bancos participantes. Os bancos aumentaram seus investimentos em tecnologia em 58,4% nos últimos cinco anos. Eles pretendem aumentar os investimentos no Pix em 48% e no Open Finance, em 65%.

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o crescimento do investimento é impulsionado por iniciativas estratégicas para viabilizar uma base tecnológica robusta, especialmente na adoção de Inteligência Artificial (IA), Inteligência Artificial Generativa (GenAI) e Cloud nas instituições.

Neste ano, os bancos participantes estimam aumentar seus investimentos em 61% em Inteligência Artificial, Analytics e Big Data, e em 59% na migração para Cloud. A integração destas tecnologias às estratégias dos bancos contribui para ganhos de eficiência, inova-

ção contínua e melhores experiências para os clientes.

A Febraban destaca que o cenário de disrupção gerado pela IA e pela GenAI também levará os bancos a fazerem aportes significativos em infraestrutura e soluções tecnológicas que melhorem a experiência de trabalho dos profissionais. A estimativa é que invistam R\$ 1,4 bilhão neste ano. Também é esperado um aumento de 15% nos postos de trabalho da área de TI em 2025.

“Os robustos e contínuos investimentos dos bancos brasileiros em tecnologia mostram a importância do setor como impulsionador da inovação em nosso país. E são fundamentais para modernizar a infraestrutura das instituições, fortalecer a segurança cibernética e aumentar a eficiência operacional para que possamos oferecer serviços cada vez mais assertivos aos nossos clientes”, avalia Rodrigo Mulinari, diretor responsável pela Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária.

IA e GenAI

De acordo com a pesquisa, as instituições apontaram a redução de custos e o ganho de eficiência operacional (ambos com 74%) como os principais benefícios decorrentes da adoção da Inteligência Artificial. Além disso, a IA também se

destaca no reforço à segurança de dados, a partir da identificação de potenciais riscos (63%) e no apoio à análise de dados (58%). Ainda, a tecnologia começa a ser fortemente aplicada na personalização dos serviços (47%) e na previsão de tendências e comportamentos (37%).

O levantamento mostra que mais de oito em cada dez bancos já incorporam a inteligência artificial generativa (GenAI) nas operações e reportam ganhos mensuráveis, com um aumento médio de 11,4% na eficiência dos processos pós-adoção de IA e GenAI, sendo que 38% dos bancos apontaram um aumento de eficiência acima de 20%.

“O crescente investimento e aplicação de Inteligência Artificial nos negócios e operações dos bancos, um dos destaques desta edição da pesquisa, revela o aumento da demanda por experiências personalizadas, tema que está revolucionando o mercado financeiro e transformando a interação entre bancos e instituições”, afirma Carolina Sansão, diretora-adjunta de Inovação, Tecnologia e Cibersegurança da Febraban.

Cibersegurança

A cibersegurança segue como uma das principais prioridades da indústria financeira. Segundo a pesquisa, para

garantir mais proteção tanto aos processos internos quanto às soluções oferecidas aos clientes, os bancos vêm reforçando a governança do tema: quase seis em cada dez deles têm especialistas em cibersegurança nos conselhos de administração e 40% deles contam com a atuação conjunta dos times de segurança com os squads de tecnologia. Esse movimento assegura que a segurança digital esteja incorporada desde a concepção até a entrega de novos produtos e serviços.

Pesquisa

A pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária chega à sua 34ª edição, apresentada em dois volumes. Este primeiro explora os investimentos e tendências em tecnologia, enquanto o segundo abordará as transações bancárias e o comportamento do consumidor e será apresentado durante o Febraban Tech 2025, no dia 11 de junho.

A coleta de dados deste volume foi realizada entre dezembro de 2024 e março de 2025, por meio de formulário eletrônico e entrevistas em profundidade com líderes de tecnologia. Vinte bancos, que correspondem a 85% dos ativos da indústria bancária no país, e 30 executivos atuantes na área de tecnologia bancária participaram deste volume.

BC passa a divulgar abertura setorial do Índice de Atividade Econômica

O Banco Central informou nesta quinta-feira que passará a divulgar também aberturas setoriais do Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), que é um indicador mensal que analisa o desempenho da economia brasileira. É uma espécie de prévia do Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com a autoridade monetária, serão divulgadas séries sem e com ajuste sazonal para: i) IBC-Br, ii) IBC-Br Agropecuária, iii) IBC-Br Indústria, iv) IBC-Br Serviços, v) IBC-Br Impostos e vi) IBC-Br Ex-Agropecuária.

O BC acredita que a publicação em frequência mensal, cerca de 45 dias após o mês de referência, do IBC-Br e, agora, também de seus componentes setoriais contribui para uma avaliação mais tempestiva da evolução da atividade econômica.

Segundo o BC, as séries do IBC-Br são calculadas a partir de um conjunto mais restrito de informações e, consequentemente, são menos abrangentes do que as Contas Nacionais Trimestrais (CNT), do IBGE, que são a principal referência de mensuração da atividade econômica em frequência trimestral. “Espera-se que as diferenças entre IBC-Br

e CNT sejam maiores nas aberturas setoriais do que na comparação dos agregados”, expressou o BC.

Todas as séries terão início em janeiro de 2003, como já ocorre com o IBC-Br. Seus números índice agora terão como base o ano de 2022, que terá média 100, mas não há mudança na metodologia de compilação do índice. Essa mudança de ano base também será aplicada aos indicadores da família do Índice de Atividade Econômica Regional do Banco Central (IBCR) a partir da próxima divulgação.

As séries serão divulgadas nos mesmos locais do site do BC em que o IBC-Br já é publicado. Estarão também disponíveis na Tabela 1 dos Indicadores Econômicos Seleccionados e no Sistema Gerenciador de Séries Temporais do BC (SGS). No SGS também há informações sobre a metodologia utilizada e as especificações empregadas no ajuste sazonal (<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>).

Os Indicadores Econômicos Seleccionados é uma publicação semanal, com atualização de indicadores relevantes sobre atividade econômica, preços, agregados monetários e operações

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

Embraer e Kenya Airways assinam acordo para suporte aos jatos E190

A Embraer (NYSE: ERJ / B3: EMBR3), líder global na indústria aeroespacial, e a Kenya Airways, uma das principais companhias aéreas da África, assinaram nesta quinta-feira (10) um acordo para o Embraer Collaborative Inventory Planning (Programa de Planejamento Colaborativo de Estoques da fabricante brasileira), que otimizará os níveis de estoque e reduzirá os custos operacionais dos jatos E190 em serviço na companhia aérea africana.

O contrato inclui suporte para 13 aeronaves. A Kenya Airways é cliente da Embraer desde 2006 e voa para 45 destinos em todo o mundo, 37 dos quais estão na África, conectando mais de 5 milhões de passageiros.

“A Embraer está honrada com a confiança da Kenya Airways no sistema de gerenciamento do programa Collaborative Inventory Planning. Estamos preparados para apoiar a companhia aérea a manter seus E-Jets pronta para voar, por meio de um programa que combina excelente desempenho e baixos custos operacionais”, afirma Carlos Naufel, Presidente e CEO da Embraer Serviços & Suporte. A solução fornece-

rá à Kenya Airways acesso à rede logística global da Embraer e “aprofundará a parceria entre as empresas”, diz Naufel.

De acordo com a fabricante brasileira, o ECIP oferece múltiplas vantagens aos clientes. Em primeiro lugar, a maior parte do investimento em estoque é feita pela Embraer, diminuindo substancialmente o investimento realizado pelos clientes. Além disso, o preço anual fixo para cada peça permite que os clientes equilibrem os custos com maior precisão e com níveis de desempenho garantidos pela Embraer Serviços & Suporte.

Segundo Naufel, a operação é data driven, com recomendações de pedidos semanais, baseadas no uso do cliente e nos dados de nível de estoque. As recomendações são criadas utilizando um software avançado e com a experiência da Embraer Planning compartilhada de forma colaborativa.

Todos os clientes que participam do ECIP podem contar com a experiência da Embraer em gerenciamento de materiais em uma solução customizada e flexível para o gerenciamento de peças de reposição.

Fundos: R\$ 39,8 bi de saídas líquidas no primeiro trimestre

Entradas na renda fixa não compensaram resultados negativos

No primeiro trimestre de 2025, a indústria brasileira de fundos de investimento registrou saídas líquidas de R\$ 39,8 bilhões, de acordo com dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais). O montante contrasta com as entradas líquidas de R\$ 119,2 bilhões apuradas nos três primeiros meses do ano passado. Neste mesmo período, o patrimônio líquido dos fundos alcançou R\$ 9,4 trilhões, alta de 7,2% sobre o volume do fim de março de 2024.

A renda fixa, com captação líquida positiva de R\$ 43,2 bilhões – abaixo do volume de R\$ 134,4 bilhões do intervalo de janeiro a março de 2024 – não conseguiu compensar os resgates líquidos das categorias de multimercados e ações, com perdas de R\$ 43,8 bilhões e R\$ 27,3 bilhões no primeiro trimestre, respectivamente.

“A desaceleração da renda fixa na comparação com o primeiro trimestre do ano passado e a continuidade de um movimento forte de resgates nas categorias de multimercados e de ações explicam o resultado negativo dos primeiros meses deste ano”, afirma Pedro Rudge, diretor da Anbima.

Ele acrescenta que apesar do ritmo menos intenso,

a renda fixa confirmou as expectativas e se manteve como o motor da indústria brasileira de fundos, puxada pela alta da Selic.

A taxa básica de juros está em 14,25% ao ano. O último aumento foi de 1 ponto percentual, definido pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) em reunião realizada no último dia 19 de março. A próxima reunião será em maio, quando um novo aumento deve acontecer.

Quando se comparam os resultados dos primeiros trimestres de 2025 e 2024, a perda de intensidade das entradas líquidas da renda fixa está relacionada aos fundos que têm crédito privado na carteira. No ano passado, eles contribuíram significativamente para a captação líquida positiva da categoria (R\$ 346,6 bilhões de janeiro a outubro), mas a partir de novembro o movimento perdeu força, e houve resgates líquidos de R\$ 51 bilhões até fevereiro. Isso aconteceu pela piora do cenário macroeconômico, que afetou o apetite dos fundos pela compra de títulos de crédito privado, e pela diminuição da rentabilidade.

Mesmo com a piora em termos de captação líquida, os fundos de renda fixa de crédito privado mantiveram a tendência de aumento da

participação na indústria: no fim de fevereiro eles representavam 13% do patrimônio líquido, três pontos percentuais acima da fatia de fevereiro de 2024.

Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) fecharam o primeiro trimestre com captação líquida negativa de R\$ 15,1 bilhões, movimento que sofreu a influência da concentração de resgates em um único fundo. Quando ele é excluído da análise, a categoria de FIDCs apresenta uma entrada líquida acumulada de R\$ 1,8 bilhão de janeiro a março.

“Considerando a tendência de fortes entradas registrada desde 2021 nesses fundos, é possível que o resultado mais tímido do primeiro trimestre tenha sido um movimento pontual e que a captação dos FIDCs ganhe tração ao longo do ano”, afirma Julya Wellisch, diretora da Anbima.

“Esses fundos têm conquistado cada vez mais espaço na dinâmica de cessão de créditos no país e entre os investidores interessados em diversificar seu portfólio, com as carteiras dos FIDCs sendo compostas majoritariamente por direitos creditórios de empresas. Isso evidencia sua contribuição para o financiamento da economia real”, destaca a diretora.

No ano até fevereiro (último dado disponível), a abertura das carteiras dos FIDCs com base em informações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) mostra que 82,2% do patrimônio líquido da categoria, de R\$ 588,2 bilhões, estava concentrado em direitos creditórios. Os títulos e valores mobiliários correspondiam a apenas 8,9% do patrimônio líquido. Em fevereiro, havia no mercado brasileiro 3.068 FIDCs.

Na categoria de renda fixa, os fundos do tipo renda fixa livre grau de investimento (fundos sem prazo definido em títulos públicos e papéis privados com risco de crédito mais baixo) tiveram a melhor rentabilidade no trimestre entre os tipos com os volumes mais expressivos de captação líquida, de 3% – empatando com o CDI. Na ponta oposta, o pior desempenho foi do tipo baixa soberano (carteira formada por títulos públicos federais de mais curto prazo), com 2,8%.

Entre os multimercados, o tipo livre teve a maior rentabilidade no primeiro trimestre, de 2,7%, abaixo do CDI de 3%, mas acima do IHFA (Índice de Hedge Funds Anbima), de 0,9%. O pior desempenho na categoria, de 0,4%, foi de multimercados estratégia específica.

Macaw Assessoras de Investimentos - Ltda.

CNPJ/MF nº 14.402.751/0001-49 - NIRE nº 3523388497-1

Edital de Convocação - Reunião de Sócios

Ficam convocados os Senhores Sócios da Macaw Assessoras de Investimentos - Ltda. (“Sociedade”), conforme disposto na Cláusula 7ª do Contrato Social da Companhia e no artigo 1.072 da Lei 10.406 (“Código Civil”), para reunirem-se em Reunião Extraordinária de Sócios, a ser realizada, em primeira convocação, na data de 22 de abril de 2025, na sede da Sociedade, situada na Avenida Pedroso de Moraes, nº 433, conjunto 91, 13º andar, Pinheiros, na cidade e Estado de São Paulo, CEP 05419-000, às 10 horas, com a presença de sócios que representem no mínimo ¼ (quatro quintos) do capital social, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) exclusão extrajudicial do sócio Erick Aparecido de Luna, brasileiro, assessor de investimento, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.156.925 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 402.651.528-10, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, SSP/SP, na Rua Pera Rosa, nº 47, Conjunto Habitacional Instituto Adventista, CEP 05868-280, detentor de 0,0005% do capital social da Sociedade, nos termos da Cláusula 17ª do Contrato Social da Sociedade e do art. 1.085 do Código Civil, em razão do abandono injustificado de suas atividades no âmbito da Sociedade, bem como da violação de cláusula contratual estabelecida em contrato firmado entre o sócio, a Sociedade e um terceiro, o que resultou na aplicação de multa de valor expressivamente elevado à Sociedade e prejuízo à sua reputação perante o mercado em que atua e seus clientes, comprometendo significativamente o regular desenvolvimento das atividades sociais, além de colocar em risco a continuidade da Sociedade, sendo assim configurada justa causa para a exclusão extrajudicial, conforme previsão contratual e legal. Será garantido ao respectivo sócio o direito ao contraditório e à ampla defesa durante a Reunião de Sócios. Em conformidade com o artigo 1.074 do Código Civil, a Reunião de Sócios será instalada, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, ¼ (quatro quintos) do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número de sócios presentes. Os sócios que não puderem comparecer na data e horário estabelecidos poderão ser representados por procuradores devidamente constituídos, mediante a outorga de mandato que contenha a especificação clara dos poderes conferidos e dos atos autorizados. Na expectativa de contar com a presença e participação de V.S.as, subscrevemo-nos. São Paulo, 10 de abril de 2025. **Marcelo Rizzo Costa** - Administrador, **Paulo Botelho de Abreu** - Administrador.

Viver Incorporadora e Construtora S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 67.571.414/0001-41 - NIRE 35.300.338.421

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

a ser Realizada em 05 de Maio de 2025

Convocamos os senhores acionistas da Viver Incorporadora e Construtora S.A. (“Viver” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.656, 1º andar, conjuntos 1b e 1c do Edifício Novo São Paulo, CEP 01.451-918, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 67.571.414/0001-41, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 02070-2 (“Companhia”), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e dos artigos 3º e 5º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”), a se reunirem, de modo exclusivamente presencial, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 05 de maio de 2025, às 10:00 horas, na sede da Companhia (“AGOE”), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar e discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório da administração, o relatório do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) definir o número de membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, incluindo a nomeação do Presidente e Vice-Presidente; e (v) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2025. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (vi) deliberar acerca da independência dos candidatos para os cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia; e (vii) ratificar a alteração do cargo ocupado pelo Sr. Claudio Kawa Hermolin de membro independente do Conselho de Administração da Companhia ao qual foi eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2024, para um mandato unificado de 01 (um ano), até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar a adoção do mandato previsto na Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 81. **Participação dos acionistas.** Os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia (“Acionistas”) poderão participar da AGOE ora convocada por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam no Manual dos Acionistas divulgado pela Companhia, disponível nos websites indicados no último parágrafo deste Edital de Convocação. Nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus Acionistas emitam boletim de voto à distância por meio (i) de seus respectivos agentes de custódia que prestem esse serviço ou diretamente à B3, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; (ii) do escriturador das ações da Companhia; ou (iii) diretamente à Companhia, conforme orientações constantes no Manual dos Acionistas. **Apresentação dos documentos para participação na AGOE.** Para participar na AGOE, os senhores Acionistas deverão apresentar originais ou cópias dos seguintes documentos: (i) documento de identificação do Acionista ou de seu representante; (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, emitido com no máximo 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data de realização da AGOE; (iii) documentos que comprovem os poderes do representante do Acionista pessoa jurídica ou do gestor; e (iv) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social, na hipótese de representação do Acionista. Para fins de melhor organização da AGOE, os Acionistas deverão depositar os documentos relacionados acima na sede da Companhia, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.656, 1º andar, conjuntos 1b e 1c do Edifício Novo São Paulo, CEP 01.451-918, aos cuidados do Diretor de Relação com Investidores e Diretor Presidente, Sr. Claudio Kawa Hermolin, no horário das 8:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da hora marcada para a realização da AGOE. **Voto múltiplo.** Informamos que, para solicitar a adoção do mecanismo de voto múltiplo, será necessário o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) do capital votante, devendo tal solicitação ser encaminhada por escrito à Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da AGOE ora convocada. **Conselho Fiscal.** Nos termos do artigo 5º, inciso I-A da Resolução CVM 81 e da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 70”), é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) do capital votante com direito a voto solicitar a instalação do Conselho Fiscal. **Informações à disposição dos Acionistas:** Este Edital de Convocação, os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGOE, inclusive o boletim de voto à distância e o Manual dos Acionistas, contendo as propostas dos administradores para a AGOE, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede e no website da Companhia (www.viver.com.br), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 81. Eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico n.viver@viver.com.br, no Site de Relações com Investidores (<https://ri.viver.com.br>) ou na sede da Companhia. São Paulo, 04 de abril de 2025. **Roberto Szachnowicz** - Presidente do Conselho de Administração

Ministério da Cultura apresenta
Estácio e Instituto Yduqs apresentam e patrocinam

MÚSICA NO MUSEU 2025

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO RIO DE JANEIRO

OS imortais

da música brasileira e os gênios internacionais

imortais

Ary Barroso,
Carlos Gomes,
Chiquinha Gonzaga,
Francisco Mignone,
Guerra Peixe,
Jacob do Bandolim,
Padre José Maurício,
Pixinguinha,
Radames Gnatattalli,
Tom Jobim,
Villa-Lobos,
Entre outros

gênios

Bach, Beethoven,
Chopin, Gershwin,
Haendel, Rachmaninoff,
Satie, Tchaikovsky,
Vivaldi, Clássicos natalinos,
Entre outros

CONCERTOS GRATUITOS

www.musicanomuseu.com.br
<https://www.instagram.com/musicanomuseu>

Abril 2025

Realização

Produção

Apoio

Patrocínio

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444